

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXXI • Julho / Agosto / Setembro 2022 • Nº 117

ANS ENTREGA PROPOSTA DE VENCIMENTO NA A.R.



Páginas centrais

**EUROMIL
50 ANOS E OUTROS...**



Pág. 10, 11 e 12

**ASSOCIATIVISMO
MILITAR
DIREITOS
DE
REPRESENTAÇÃO**

Pág. 5

**HISTÓRIAS DE
CASERNA**



Pág. 6 e 7



EDITORIAL

Retomar, ou melhor, Continuar a Defesa dos Sargentos, Reforçando-nos!

Terminado mais um período estival, é tempo de retomar, ou melhor dizendo, continuar, a intensa luta na defesa das condições socio-profissionais para os militares e, em particular, para os Sargentos.

Nunca é demais repetir que importa ter a consciência que esta luta é uma obrigação de todos nós, e não se trata de nenhuma impossibilidade. A impossibilidade só existe se tal for feito isoladamente. Mas sendo feita colectivamente, está ao nosso alcance e pode produzir efeitos, tal é a virtualidade do associativismo! Para tanto basta contribuir individualmente para o reforço da ANS – a nossa associação representativa de classe – levando a associar-se quem ainda não o fez, porque com o esforço de todos reforçarmos as estruturas orgânicas da nossa associação – Órgãos Sociais, Comissões Permanentes de Ramo, núcleos regionais e delegados nas Unidades. Se o fizermos, a ANS ficará mais apta, mais capaz de desenvolver as acções necessárias para contribuir para a solução dos muitos problemas que afectam o dia-a-dia das nossas vidas profissionais e até familiares.

Se trabalharmos no sentido deste reforço, garantidamente, melhoraremos as nossas propostas e contributos, a nossa voz terá mais força, a nossa razão será mais respeitada, a solução ficará mais próxima.

Entrámos no último trimestre deste ano. Aproxima-se o fim do mandato dos actuais Órgãos Sociais e, responsabilmente, a Direcção já encetou os trabalhos para a preparação do acto eleitoral que terá lugar no final de Janeiro de 2023. Com o mesmo sentido de responsabilidade e consciência da importância desta obra associativa, iniciou igualmente trabalhos para a construção de uma proposta de lista a apresentar a sufrágio. Estar disponível para participar nestes trabalhos é não só um dever como também um contributo inestimável para o reforço da nossa ANS.

Vamos acreditar, gerar a confiança tão necessária como imprescindível e, como um todo, vamo-nos mobilizar e dizer “Presente! Podeis contar comigo!”.

Porque temos consciência das dificuldades que o País, e o Mundo, atravessam, sabemos que os nossos objectivos não se alcançam, nem será possível alcançar, de um dia para o outro. Mas também sabemos e reconhecemos que tudo se torna mais fácil se existir uma vontade séria de diálogo entre os responsáveis políticos, as chefias militares e os representantes socio-profissionais dos militares.

Muita da legislação aplicável aos militares, produzida desde há algum tempo para cá, tem-se revelado e traduzido em peças fundamentais da descaracterização das Forças Armadas e da desmotivação reinante nos quartéis. Iniciar e manter um diálogo sério sobre estas matérias de âmbito profissional, social e assistencial é necessário e urgente, antes que os enormes danos, já publicamente visíveis, se tornem irreversíveis.

Se nos mantivermos atentos e determinados nos desafios que estes tempos nos colocam – institucionalmente fazendo o que só a nós compete: lutar pela revisão e actualização do regime remuneratório, pela alteração séria do RAMMFA, por alterações positivas ao EMFAR, pelo reconhecimento de nível académico compatível, pela melhoria dos cuidados de saúde e da ADM, pela defesa do IASFA e da Acção Social Complementar, pelo reconhecimento do direito de representar juridicamente os nossos associados, pelo direito de negociar colectivamente, em efectivo diálogo social, com vínculos, entre muitos outros – estaremos, assim, com tão vasto conjunto de tarefas, a melhorar o presente, preparando e pensando no futuro!

Foi o que sempre procurámos ser e fazer nos nossos já 33 anos de existência. É o que queremos continuar a ser e fazer! Instrumento privilegiado no reforço da ANS e do associativismo militar, garantia da

esperança num futuro melhor para os Sargentos de Portugal, futuro do qual temos obrigação e dever de ser protagonistas.

Tal como a vida nos ensina permanentemente, ninguém nos dá nada, no que aos nossos direitos diz respeito, somos nós que o teremos de conquistar e essa vontade de conquista só a nós diz respeito. Basta acreditar e nós, na ANS, acreditamos!

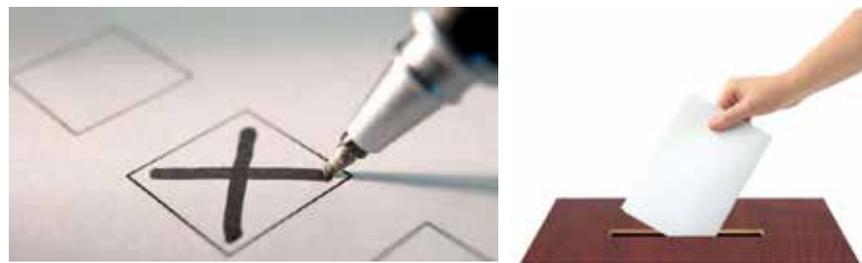
Nós, militares Sargentos, não somos homens e mulheres de desistir. Se nos cortam o diálogo ou mesmo a mera possibilidade de o fazer, continuaremos a resistir defendendo os nossos direitos, a Condição Militar e as Forças Armadas. Sabemos

de experiência feita que nunca nos deram nada. Tudo o que temos foi conquistado, com determinação, pela luta corajosa e abnegada!

Quando as portas do diálogo sério, consequente e responsável se fecham, resta-nos um caminho – a LUTA! E esta torna-se mais fácil, com resultados mais realizáveis, com o reforço da massa associativa, com o reforço da Voz dos Sargentos, com o reforço da ANS!

Vamos, pois, retomar, ou melhor dizendo, continuar, a intensa luta na defesa das condições socio-profissionais para os militares e, em particular, para os Sargentos, reforçando-nos! ▲

Acto Normal na Actividade Associativa!



Estamos a caminho do último trimestre de 2022. Aproximamo-nos do final do ano e, consequentemente, também se aproxima o final do mandato dos actuais Órgãos Sociais da nossa ANS, marcado por situações que muito dificultaram a realização de projectos e iniciativas.

Mas a vida não pára e, assim, no próximo dia 28 de Janeiro de 2023, em local a anunciar oportunamente, irá ter lugar a eleição dos Órgãos Sociais da ANS que conduzirão os seus destinos no biénio 2023/2024. Nesse sentido, vai abrir-se o espaço para apresentação de listas de candidatura a estas eleições, de acordo com o os Estatutos e o Regulamento Interno Geral da ANS.

Recordamos que, conforme o Artigo 28º do Regulamento Interno Geral, as listas de candidatura que se possam vir a constituir, deverão dar entrada na sede da ANS, dirigidas à Mesa da Assembleia Geral, até vinte dias antes do acto eleitoral.

Ainda de acordo com o texto deste Regulamento, cada lista de candidatura deverá conter a designação dos membros a eleger, com a identificação dos seus componentes (nome, idade, categoria, ramo, local onde presta serviço e

número de associado), indicação do órgão e cargo a que se candidata e a identificação dos dois representantes (mandatários) da lista.

As listas de candidatura terão de ser subscritas por, pelo menos, cem associados com a situação devidamente regularizada, com indicação do nome legível, assinatura, ramo a que pertence e número de sócio.

A Direcção da ANS, no cumprimento das suas obrigações e responsabilidades, já está a trabalhar no sentido de preparar uma lista que apresentará a sufrágio, para que a continuidade deste projecto de defesa dos interesses da classe seja uma realidade, cumprido que está o trigésimo terceiro ano de vida da Associação Nacional de Sargentos.

Mas é sobretudo a palavra e a acção dos associados, da massa associativa, razão de ser de uma instituição como a nossa, que é determinante. Neste e em todos os eventos em torno da vida e da actividade associativa é a palavra, a expressão e a força dos associados que sustenta a continuidade desta organização representativa de classe, a classe dos Sargentos de Portugal! ▲



Petição: Revisão e Alteração do Sistema Remuneratório dos Militares!

AUDIÇÃO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Mais de quinze meses depois de ter sido entregue (em 14JUN21) na Assembleia da República uma petição com 7720 assinaturas, as APM (ANS, AOFA e AP) foram convocadas pela Comissão de Defesa Nacional, para a audição obrigatória aos primeiros subscritores no passado 28SET22

Tendo como objectivo a produção de medida legislativa que reveja e altere, actualizando, a norma que regulamenta o Sistema Remuneratório dos Militares, os primeiros subscritores foram convocados para a audição, nos termos regimentais. Este atraso no agendamento da audição, absolutamente estranho à vontade dos peticionantes, deveu-se a diversos factores, que passaram pela dissolução da AR, pela consequente convocação de eleições e respectiva tomada de posse dos deputados, e ainda pela substituição do deputado relator da petição.



Entrega da Petição em Junho de 2021



O novo relator, o deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), recebeu o primeiro subscritor e representantes das APM, tendo estado presentes assessores da CDN-AR e representantes do PS, do PSD e do PCP. De acordo com a informação veiculada, após a apresentação do relatório, a Petição terá agendamento para sessão plenária, embora este agendamento seja feito pelo presidente da AR sem que a CDN-AR tenha qualquer acção sobre o mesmo. A Petição poderá ser acompanhada por propostas elaboradas pelos vários grupos parlamentares.

Depois de expostas as razões e fundamentos da própria Petição pelo primeiro subscritor, os dirigentes associativos presentes apresentaram preocupações e realidades críticas, resultantes da não revisão, alteração e actualização do sistema remuneratório dos militares. Recordando o respeito pela autonomia de cada estrutura representativa e a especificidade de cada universo representado, referiram estar a trabalhar em propostas próprias, reforçando a necessidade, se não mesmo a urgência, desta matéria dever ser tratada em regime negocial, como parceiros sociais legítimos, envolvidos em negociação colectiva efectiva e com vínculos.

Pelo exposto, foi fácil perceber que muita luta será ainda necessária para concretização dos objectivos vi-

sados na Petição. Mas também importa sublinhar que, se não fosse feito o trabalho da recolha de mais de sete mil e setecentas assinaturas, não teria havido a possibilidade de expressar em sede própria aquilo que é justo para os militares. Há, pois, que valorizar a iniciativa, com a consciência de que ela constituiu mais um passo no longo e duro caminho que importa trilhar. Este é um combate necessário, muitas vezes travado em condições desiguais. **É por isso mesmo que se apela a que todos os camaradas se mobilizem e apoiem as iniciativas de dimensão e geometria variável que, ao longo do processo, terão de vir a realizar-se.** Com a força, determinação e coragem dos Sargentos, com a confiança depositada nos dirigentes da sua associação representativa de classe – a ANS, a luta continuará até serem atingidos a VALORIZAÇÃO, o RECONHECIMENTO e a DIGNIFICAÇÃO DOS SARGENTOS DE PORTUGAL! ▲



Audição sobre a Petição em Setembro de 2022

2023, ANO DE ESPERANÇA? OU DE (MAIS) INCUMPRIMENTO DAS LEIS?

Desde 2011 que as promoções dos militares não têm ocorrido em tempo devido, isto é, quando se dá a vaga para a promoção ao novo posto. Primeiro, no ano de 2011, por “congelamento das carreiras” imposta pela Troika internacional (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional), depois, a partir de 2012 até 2021, pela Troika nacional (Chefias militares; MDN- Ministério da Defesa Nacional; MFin – Ministério das Finanças) que relegavam os despachos de autorização das promoções para os dois últimos meses de cada ano, num reiterado incumprimento das leis. Esta situação de contínuo atrasar as promoções para o fim do ano, é altamente penalizadora dos militares e suas famílias, pois, são esbulhados em milhares de euros no vencimento, penalizados no cumprimento de funções/ serviços de posto que não deveria ser o seu e prejudicados no cálculo do valor da futura pensão de reforma, por terem descontado um valor inferior ao que deveriam ter feito se tivessem sido

promovidos no dia da vaga.

O ano de 2022 não foi muito melhor, por enquanto até Junho, mas com o novo Governo que entrou em funções em 30 de Março de 2022, o MDN, pela primeira vez ministrado por uma mulher, Dra. Helena Carreiras, cerca de um mês após início de funções, finalmente, foram autorizadas as promoções (*Despacho n.º 127/2022/MF, de 28 de Abril, do Ministro das Finanças e da subsequente concordância da Ministra da Defesa Nacional, comunicada através do ofício*



n.º 1852/CG, de 4 de Maio de 2022, do Gabinete da Ministra da Defesa Nacional).

Acontece, porém, que os Ramos – Marinha, Exército e Força Aérea – continuaram, reiteradamente, a não cumprir a lei porque ainda não tinham feito o trabalho que deveria ter sido realizado até 31 de Dezembro de 2021, de terem as listas de promoção para o ano de 2022, devidamente homologadas/ aprovadas e publicadas, conforme está previsto no EMFAR, no n.º 3 do seu Artigo

184.º, o que, apesar de tudo, atrasou de novo as promoções de muitos militares, particularmente das categorias mais baixas.

Tendo em conta que estamos a chegar ao último trimestre de 2022 e já nada sugere que existam justificações de “falta o despacho de autorização de...” para que sejam efectuadas as promoções nas datas das vagas, temos **ESPERANÇA que o ano de 2023** seja o ano de trazer a normalidade perdida ao processo de promoções dos militares. Por isso, desejamos e temos **ESPERANÇA** que as chefias militares dos três Ramos (Marinha, Exército e Força Aérea) façam o seu trabalho de casa em tempo e, assim, cumpram a lei, conforme o estatuído no EMFAR, para que a 31 de Dezembro de 2022, as listas de promoção dos militares para o ano de 2023 estejam devidamente homologadas/aprovadas e publicadas. Será então assim, ou vamos continuar a assistir ao reiterado e agora mais que injustificado **INCUMPRIMENTO DAS LEIS?**

Mário Pereira
SMor (Res) ▲



RAMMFA – Mecanismo Formativo ou... Punitivo?

Continuam a chegar aos dirigentes da ANS inúmeras mensagens de associados e outros militares, preocupados com os rumores de eventuais alterações a diplomas fundamentais e estruturantes da Condição Militar, tais como são o **RAMMFA** (Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas) e o **EMFAR** (Estatuto dos Militares das Forças Armadas).

A esta onda de rumores, boatos e informações cruzadas não será alheia a posição assumida e defendida pela ANS e pelas restantes APM (Associações Profissionais de Militares) relativamente à tentativa de simulacro de participação na alteração do RAMMFA.

A acção de “*ouvição*” das APM, a propósito da alteração e revisão do RAMMFA, demonstrou, **uma vez mais, a prática de incumprimento do exposto na Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de Agosto, relativamen-**



te ao direito das APM a integrar conselhos consultivos, comissões de estudo e grupos de trabalho constituídos para proceder à análise de assuntos de relevante interesse para a instituição, na área da sua competência específica e a ser ouvidas sobre as questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados.

Depois de denunciada publicamente a forma incorrecta e inaceitável como tudo isto aconteceu, foi enviada para as APM, no final de Julho, uma “*proposta de alteração à Portaria nº 301/2016, de 30 de Novembro, que aprova RAMMFA*”, que configura o produto de cerca de dois anos e meio de um Grupo de Trabalho de âmbito governamental – integrando os Ramos das Forças Armadas, o Estado-Maior General das Forças Armadas e a Secretaria Geral do Ministério da Defesa Nacional.

Se o regulamento em vigor é mau para as Forças Armadas, o conteúdo deste “*projecto de alteração*”, não só confirma esta noção como agrava, e muito, as preocupações e receios expressos desde, pelo menos, 2016.

Sempre afirmámos que a aplicação deste regulamento, desestabiliza o espírito de corpo e coloca em causa a coesão e a disciplina nas Forças Armadas, descaracteriza a Condição Militar, sendo elemento condicio-



nador do justo e coerente desenvolvimento das carreiras dos militares. Sabemos que a criação do RAMMFA, tal como ele existe, tem responsáveis e estão bem identificados!

Não quisemos, não queremos e vamos continuar a não querer contribuir para que se alimente e possa prosseguir algo que considerámos, e continuamos a considerar, profundamente errado e prejudicial.

Este último documento a que chamaram “*proposta*”, se for implementado, torna este regulamento num mecanismo ainda mais punitivo do que formativo, subvertendo os objectivos de um sistema de avaliação.

Com a responsabilidade própria de sermos representantes de uma classe de profissionais, que em nós depositam a sua confiança, entendemos que dada a complexidade e a sensibilidade das várias envol-

ventes na matéria, não podia ser num curto período de tempo, em pleno mês de Agosto, que se poderiam dar contributos sérios e válidos para uma matéria que o próprio Grupo de Trabalho leva já cerca de dois anos e meio de trabalho para, afinal, produzir uma proposta ainda mais perigosa e inaceitável.

Acresce referir que não foram facultadas as razões e os fundamentos legais subjacentes às alterações incluídas na dita proposta, demonstrativas dos trabalhos efectuados que tenham levado à formulação das mesmas, de modo a identificar quais os problemas suscitados no actual regulamento que se visou resolver e a razão de ser da sua alteração.

Posto isto, entendemos que produzir um trabalho mal elaborado, somente para que, prosaicamente, se possa vir a referir que “*foram ouvidas as associações*”, para além de não ser sério, vincular-nos-ia a erros de regulamentação e decisão, com os quais nunca estivemos, nem estamos, de acordo.

Este é apenas mais um episódio que vem demonstrar a enorme necessidade de diálogo institucional que efectivamente promova a concretização dos direitos e da defesa de melhores condições socioprofissionais para os militares em geral e para os Sargentos de Portugal, em particular! ▲

GRADUAÇÕES (escandalosamente) DESGRADUADAS

E se fosse com Oficiais???

Chegou ao conhecimento da ANS que os Sargentos do 49º Curso de Formação de Sargentos (CFS), do Exército, se estão a apresentar nas unidades de colocação, não como Segundos-Sargentos do Quadro Permanente, com as respectivas divisas no uniforme como seria o correcto, mas sendo designados apenas como “alunos”, que já não o deveriam ser, remetendo uma suposta cerimónia de promoção para depois da recepção de uma dita nota de ingresso (?) nos QP!

A este propósito, repescamos parte de um artigo publicado na edição nº 114 do jornal “O Sargento”, em que a questão foi denunciada. Face à não resolução do problema, conforme a realidade comprova, é legítimo questionar: é porque se trata de Sargentos? E se fosse com Oficiais?

Conforme foi explicado no referido artigo, a Portaria nº 288/2019, de 3 de Setembro, revogou a Portaria nº 60/2014, de 10 de Março e a Portaria nº 8/2013, de 10 de Janeiro, que aprovavam o Regulamento Escolar dos CFS e dos Estágios Técnico-Militares (ETM), que habilitavam ao ingresso nos quadros especiais de Sargentos, respectivamente, do Quadro Permanente (QP) do Exército e da Força Aérea e a Portaria nº 417/2002, de 19 de Abril, que visava estabelecer as condições especiais de admissão para o ingresso nos quadros permanentes na categoria de Sargento das classes de eletrotécnicos e de maquinistas navais da Marinha.

Tendo por objecto a Regulamentação



2º Sargento



Furriel



2º Sargento



Furriel

Escolar dos Cursos, incorporavam, entre outras disposições, o regime referente à graduação dos alunos dos CFS e ETM, no posto de FUR ou 2SAR, respectivamente, conforme artigo 32º da Portaria nº 60/2014, referente ao Exército e no artigo 33º da Portaria 8/2013, referente à Força Aérea.

A Portaria nº 417/2002, de 19 de Abril, era omissa, no que à Marinha, sobre essa matéria, dizia respeito, apenas estabelecendo as condições especiais de admissão para o ingresso nos QP nas classes ali mencionadas.

Tendo estas Portarias sido revogadas pela Portaria nº 288/2019, as normas que previam a graduação dos alunos dos CFS e ETM Sargentos, nos postos referidos, deixaram de existir.

Atento o artigo 21º desta Portaria nº 288/2019, com a epígrafe “*Regime subsidiário*” ficamos a saber que “*sem prejuízo da legislação aplicável, os casos omissos e as dúvidas de interpretação são resolvidos pelo Director da UPM, ouvido o órgão legalmente competente.*”

Ora, tudo indica que o legislador, ao re-

vogar as normas que previam a graduação dos alunos do CFS e do ETM Sargentos, do Exército e da Força Aérea, e ao ter produzido este novo Regulamento, deixou à responsabilidade do director da UPM a elaboração do Regulamento Interno desta.

O Despacho nº 2084/2020, de 13 de Fevereiro, do Ministro da Defesa, veio homologar o Regulamento Interno da Unidade Politécnica Militar, que não faz qualquer referência à graduação dos alunos nos postos, respectivamente de Furriel ou Segundo-Sargento.

No entanto, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei nº 90/2015, prevê, no nº 1 do artigo 73º que, “*O militar pode ser graduado em posto superior, com carácter excepcional e temporário.*” para especificar, na alínea b) que, “*Na frequência de ciclos de estudos que constituam habilitação de ingresso na respectiva categoria ou quadro especial, de acordo com as condições reguladas por diploma próprio.*”, que é, actualmente, o Regulamento Interno da Unidade Politécnica Militar.

E, salvo melhor opinião, o “*pode*”, não configura uma possibilidade, **mas sim um consentimento, uma autorização, para que, nessa situação excepcional, o militar seja graduado. É isto que o artigo 73º do EMFAR estatui.**

Temos, pois, um caso omissio.

Temos um caso omissio, perpetrado por um diploma hierarquicamente inferior, em total desrespeito por uma das características próprias da sociedade militar, a hierarquia.

Temos um caso omissio, aprovado por um militar, o Director da UPM, e homologado pelo Ministro da Defesa, em violação do disposto por norma hierarquicamente superior.

Temos um caso omissio, mas também muita falta de vontade dos responsáveis militares na resolução deste problema.

Temos um caso omissio, falta de vontade dos militares responsáveis, mas muita cumplicidade dos decisores e responsáveis governativos na ausência de soluções.

Esta forma (inaceitável) de tratar os militares Sargentos, apesar das denúncias e alertas feitos pela ANS junto de responsáveis militares, continua por resolver. A surdez dos responsáveis militares e governativos perante esta situação, não concorre para a atractividade nem para a retenção. Concorre para a desmotivação, desencanto e frustração!

Será apenas porque acontece com Sargentos? E se fosse com Oficiais???



ASSOCIATIVISMO PROFISSIONAL MILITAR (APM)

- Direitos de representação e de negociação em questão

1 – O APM não é novo. Já a Lei (L) 29/82 de 11/12 - Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas - previa este direito, mas apenas como *deontológico*, ou seja, consentindo apenas ajuntamentos de índole social, recreativa ou cultural e outros do tipo, mas onde era proibido discutir ou sequer preocupar-se com a sua condição militar.

A Lei Orgânica (LO) 3/2001 de **29/08** - Lei do direito de associativismo profissional dos militares, veio, porém, regulamentar este direito, *ampliando e densificando-o*, ao reconhecer ainda a dimensão de *representação institucional, assistencial ou socioprofissional* (Art.1º.1.).

Num contexto de democracia e de profissionalização militar, os sucessivos governos e chefias militares levaram 19 anos a reconhecer a maioria cívica ao militar português, como um “cidadão em uniforme” - afinal uma realidade reconhecida por essa Europa fora, onde ao nível da EU, mais de 500. 000 milhares estão representados na EU-ROMIL (Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares) fundada em 1972.

2 - Estranha-se, por isso, que o art.3º.1. da LO 3/2001, publicada na vigência da L-base 29/82 contenha preceitos da LO 4/2001 publicada em **30 de agosto**, isto é, de uma lei na altura inexistente! Em termos jurídicos, a imprópria referência à versão do artigo 31º constante da LO 4/2001, revela-se um anacronismo legal, e configura no mínimo uma *aplicação de uma lei inexistente*.

Vê-se que as LOs 4/2001 (art.31º-D) e 1-B/2009 de 07/07 (art.31º) tentaram legislar o direito de associação dos militares num novo formato, estando a sua vigência dependente de uma adequada *regulamentação* – o que nunca ocorreu. Juridicamente falando, esta omissão significa a inoperância destes preceitos, lançando-os à categoria de Leis em branco, assim tornadas inaplicáveis.

Em matéria de Lei do direito de associação profissional dos militares temos pois como única vigente a LO 3/2001.

3 - Dispõe o seu artigo 1º.1. “Os militares (...) associações profissionais de representação institucional dos seus associados, com carácter (...) socioprofissional”. Significa isto que se trata de organismos autónomos, sem dependência ou subordinação a quaisquer outros interesses que não sejam os dos associados.

E é neste ponto que se coloca a controversa *problemática de representação* do militar pela APM, quer a título *individual*, mais propriamente designado por *patrocínio judiciário*, quer de âmbito *coletivo* na base de *negociação*.

Como se sabe, a esfera de atividade de um militar é assaz ampla. A sua profissionalização envolve, entre outros, aspetos como os de condições de trabalho, a sua valoração, as instalações e a remuneração. São questões que, sem pôr em causa o empenho das chefias militares do topo na sua resolução, inscrevem-se para o efeito na exclusiva competência da Ministra de Tutela, não se vislumbrando qualquer quebra de hierarquia, do comando uno ou do prestígio a que as FFAA nos habituaram mesmo quando

a relação se estabelece diretamente entre uma APM e a Ministra ou na defesa dos interesses de um associado na esfera contenciosa ou disciplinar.

Com efeito, no tocante ao *patrocínio judiciário*, em sede disciplinar ou jurídica, a APM não se substitui ao arguido, mas apenas disponibiliza-o com um meio (sic. advogado) para a sua defesa – o que configura a capacidade assistencial que a lei reconhece no seu artigo 2º. Quanto à *negociação coletiva*, trata-se de um atributo que decorre retilineamente do dimensionamento socioprofissional reconhecido pela lei e até previsto na Constituição (artigo 56º.3.). Neste ponto é importante sublinhar que se trata

de um direito socio profissional (cfr. neste sentido Comité Europeu de Direitos Sociais de 12.02.2018, ao reconhecer este direito às associações profissionais militares da República de Irlanda) e não um exclusivo sindical.

Para que não ocorram dúvidas interpretativas a inserção destes direitos nos Estatutos das APM pode constituir requisito indispensável para a sua executividade.

Melhores e mais democráticos dias aguardam as APM. Lisboa, 16/09/2021

António Bernardo Colaço
(juiz conselheiro do STJ – jubilado) ▲





HISTÓRIA DE CASERNA

A razão do título – *História de Caserna* – prende-se com o facto de qualquer militar, durante a sua vida profissional, ter vivido momentos que lhe deixaram referências que o marcaram, quer pela positiva ou quer pela negativa e que ficaram registados para sempre na sua memória.

Naturalmente, como militar, também tenho as minhas *Histórias de Caserna*, histórias que gostaria de partilhar neste espaço do nosso jornal “O Sargento”, porque as vivi na primeira pessoa, umas como profissional, outras como dirigente associativo.

As que mais marcas deixam ou que mais facilmente recordamos, mas de que menos falamos são, sem dúvidas, as histórias negativas. Não significa com isto que me limitarei a falar apenas de coisas boas, antes pelo contrário, é-me mais fácil abordar as coisas menos boas, porque as memórias são mais presentes e, por isso, mais fácil de apresentar e de contar a história.

Na(s) História(s) que venha a partilhar, não terá referências ou seja, serão omitidos nomes de pessoas, entidades, unidade ou outros. A referência temporal do seu acontecimento apenas terá o relevo para melhor situar o momento em que ocorreu e, assim, o leitor poder abarcar melhor a informação.

Passemos então à primeira *História de Caserna*:



Medidas para a Retenção de Efectivos no Exército (Parte-I) **(Criação do Quadro Permanente de Praças no Exército e na Força Aérea)**

Em Marco de 2018, encontrava-me colocado numa unidade do Exército, equiparada a OCAD (Órgãos Centrais de Administração e Direcção), desempenhando funções do meu posto (SCH) e recebo no meu e-mail (militar) um e-mail do Comandante (Cmtdt), com o assunto: “**Medidas para a Retenção de Efectivos no Exército – Contributos**”. Neste e-mail vinha, para além dos anexos, a sua origem e a fundamentação do pedido de “*propostas de medidas com vista à retenção dos efectivos ...*” e solicitava “*... proposta de medidas/ideias que possam contribuir para inverter uma situação que se está a tornar dramática.*”

Feita a leitura e avaliação da informação do Cmtdt (e-mail), verifiquei que nos diversos destinatários, eu era o único Sargento, todos os outros eram Oficiais Superiores. Estranho (ou talvez não) foi o SMOR da Unidade não ter sido contemplado.

Perante o desafio colocado, coisa única vivida em toda a minha efectividade, tinha que “agarrar” a oportunidade e dar o meu contributo e que se traduziu no seguinte:

“Bom dia meu Cmtdt,

Antes de dar o meu contributo ou sugestões, permita-me que deixe algumas considerações, que em minha opinião, têm sido as grandes causas da pouca adesão ao serviço Militar nas Forças Armadas (FA) e em particular no Exército:

1. A extinção do Serviço Militar Obrigatório (SMO) nos anos 90: esta situação impôs a “profissionalização” das FA, num regime de total voluntariado do cidadão à sua adesão. Se no início o Regime de Incentivos poderia ser um motivo de adesão, hoje já não é motivo porque ao longo do tempo os referidos “incentivos” foram sendo reduzidos.

(Como exemplo da importância do SMO: se hoje sou militar, deve-se ao facto de em 1984 me convocarem para o SMO, na EPC (Escola Prática de Cavalaria) em Santarém, e face à experiência vivida - disciplina, respeito, camaradagem, atavio, brio, serviço ao País -, decidi concorrer ao CFS. Se não fosse convocado para o SMO, julgo que nunca seria voluntário porque trabalhava e estudava à noite).

2. A extinção do Quadro Permanente (QP) de Praças: nunca percebi porque se fez a extinção do QP de Praças no Exército e Força Aérea e a Marinha manteve? Era um factor de muita adesão às FA.

É verdade que hoje não se verifica tanto, mas as pessoas continuam a preferir profissões que lhes dêem garantias de segurança e estabilidade (“emprego para a vida”) e, hoje, ser Praça do Exército é uma passagem, no máximo, de 7 anos, que na maioria dos casos não tem qualquer valorização técnico-profissional (qualificação certificada). Inicialmente e por imposição legal, as FA serviam apenas como plataforma para as Praças poderem concorrer aos quadros da GNR, actualmente já não se verifica essa imposição legal, podendo concorrer directamente.

3. A remuneração e condições sociais proporcionados: o vencimento actual de uma Praça pouco mais é que o salário mínimo nacional (SMN), situação agravada desde 2009 com o congelamento na progressão nos níveis remuneratórios.

Atendendo a que a maioria dos militares Praças reside longe das suas unidades de colocação, as deslocações a casa tornam-se mais espaçadas. Considerando que em muitas unidades se começa a exigir o pagamento da primeira e terceira refeições, torna-se incomportável para estes militares continuarem no serviço. Mais se agrava a situação se o militar tiver família constituída. Embora este assunto seja mais sensível nos Praças, também já tem significativo impacto nos militares Sargentos dos postos mais baixos.

Os deveres a que está obrigado – serviço diário e escalas de serviço que tem de integrar e cumprir, participação em actividades operacionais/exercícios, etc - sem mais nenhuma compensação financeira (agora, por falta de pessoal, a compensação de dias é muitas vezes impossível). As condições sociais e de habitabilidade que são proporcionadas pela maioria das UEO do Exército, são muito degradantes (onde se integram as instalações da nossa Unidade), tudo isto em nada abona à adesão.

4. A “desvalorização das FA”: Continuo sem perceber o porquê nos sucessivos governos, o Ministro da Defesa nomeado, é alguém que não foi militar ou conhece pouco a realidade das FA, ao contrário do que acontece nas outras pastas ministeriais, onde a nomeação do ministro, por norma, é alguém com experiência da área e da matéria a tratar. Acho que é a factura que os políticos estão a “cobrar aos militares” por terem feito o 25 de Abril.

Também, muitos dos políticos (onde se incluem governantes/ministros da defesa) e comentadores, nos discursos e comentários realizados nos órgãos de comunicação social (OCS), fazem um “ataque” aos militares/FA, desvalorizando-os e questionando mesmo a sua necessidade ou a sua existência, sem que exista, alguém que faça o “combate” (contraditório) dessas opiniões e hoje, cada vez mais estamos sozinhos.

5. Militar ou funcionário: As Reformas/Reestruturas consecutivas e permanentes a que as FA têm sido

sujeitas ao longo das últimas décadas, traduzem-se apenas em REDUZIR - orçamentos, unidades, efectivos, equipamentos/investimentos, etc.

As sucessivas alterações legislativas introduzidas contribuíram para a degradação da Condição Militar, levando ao “conflito” de militar/funcionário público. Desde 1990 que os militares têm um Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), que regulamenta a Condição Militar, mas em muitos casos, é para a lei geral civil que os militares são remetidos para poderem saber quais os seus direitos ou deveres/obrigações (vencimentos; férias; estatuto trabalhador-estudante; maternidade/paternidade; apoio à saúde/doença;...), ou seja, para umas coisas é-se militar, para outras é-se funcionário público!

Por tudo isto, hoje, não é de estranhar que o jovem militar encare a sua profissão não como uma vocação e serviço à Pátria, mas como um emprego normal (09h00 às 17h00).



CONTRIBUTO OU SUGESTÕES:

É com muita frequência que se houve ou lê nos OCS afirmações (políticos e comentadores políticos) que os “gestores (incluindo públicos) têm de ser bem remunerados, sob pena de irem embora para outros países”. Então, julgo que quem faz este tipo de afirmação, tem consciência, que os gestores só existem porque há empresas e se existem empresas é porque há segurança no país, segurança essa, que é garantida pelas forças policiais e por último pelos militares.

Se não se considerar importante a segurança, e se os profissionais que a garantem não forem bem pagos, um dia não haverá ninguém a garantir a segurança do país e consequentemente, não haverá gestores de nada, porque não haverá empresas.

1. Fórmula de vínculo às FA: o regresso do SMO, em minha opinião (e politicamente falando), é impossível. Deverá ser **equacionado uma fórmula de vínculo às FA entre o QP (como na Marinha) ou um vínculo de contrato a tempo indeterminado (semelhante ao civil) ou vitalício**, particularmente para as Armas e Serviços onde julgo ser possível esta modalidade, para especialidades ou funções onde poderá ser importante ter profissionais com muita experiência e a idade do militar não será propriamente condicionante do desempenho e do cumprimento da missão, como por exemplo:

- **Transmissões:** Operadores de Comunicações; Técnicos/auxiliares de instalação e manutenção de equipamentos de comunicações, de Tecnologia da Informação, de Administradores de redes, de Apoio ao utilizador, etc;

- **Engenharia:** Operadores de equipamento e viaturas de engenharia, Técnicos/auxiliares de equipas EOD, de equipas NBQR, de equipas de pontes, etc;

- **Material:** Mecânico/auxiliar de manutenção de viaturas auto, de lagartas, de motores, de electricidade, de frio e calor, de electrónica e radares, etc;

- **Saúde:** Técnicos/auxiliares das diversas valências de apoio médico e de saúde, etc;

- **Administração:** Técnicos/auxiliares de alimentação



e padaria, de apoio na área logística, financeira e aquartelamento, etc;

- **Secretariado:** *Técnicos/auxiliares na área administrativa de gestão de pessoal, de operações e informações, etc.*

2. **Remuneração, apoios financeiros e sociais:** *hoje, (lamentavelmente) vivemos num mundo cada vez mais materialista, e o que conta e todos ambicionam é ter acesso a bem-estar, conforto e lazer, só possível alcançar aos que têm dinheiro ou poder económico. Logo, se se quer FA profissionais, terão de ser bem pagas, caso contrário, a tendência é continuar a haver pouca adesão.*

Considero este o factor mais importante para que exista interesse na adesão às FA e tendo em conta a Condição Militar, acho necessário o seguinte:

- **Remuneração:** *terá de ser revisto o valor de remuneração a pagar, por forma a garantir viver com dignidade. Se nas missões/cargos no estrangeiro as ajudas de custo pagas estão isentas de IRS, em território nacional, a remuneração deveria ser com taxas de IRS baixas (tabela de IRS especial). Ao nível bancário e particularmente nos bancos de gestão pública, isenção de quaisquer taxas pelos serviços usados.*

- **Apoios financeiros:** *apoios na aquisição da 1ª habitação, com taxas de juros mais baixas que a média do mercado e isenção das taxas e dos emolumentos a quando da realização dos processos ao nível de registo civil, finanças e autárquico.*

- **Apoios Sociais:** *é uma responsabilidade do Estado o pagamento da saúde militar, por isso, não deverá existir qualquer desconto para a ADM/IASFA. Ainda ao nível da saúde e nos serviços públicos – centros de saúde e hospitais – isenção de taxas moderadoras. Na vertente farmácia/medicamentos, taxas de comparticipação mais favoráveis.*

Na educação e nos estabelecimentos de ensino público – infantil, primário, secundário e universitário – isenção de taxas ou propinas, apoio na aquisição de livros e de material escolar.

Nas zonas urbanas, considerar o apoio ou comparticipação nos custos do “passe social” na rede de transportes públicos ou equiparados (semelhante ao que se passa na PSP e GNR). Ao nível ferroviário, alargar a comparticipação na aquisição de bilhetes para os comboios rápidos – Alfa e Intercidades. Ao nível rodoviário, em particular no uso de vias com portagens ou taxadas (auto-estradas e travessias de pontes), redução de valor a pagar (mínimo de 50% do valor praticado).

Ao nível das UEO criar condições condignas de alojamento e espaços, de lazer e bem-estar, onde os militares, principalmente os deslocados, possam minimizar o “efeito de estar longe da família” e se sintam bem.

3. **Valorização das FA:** *este será o factor “chave” para o reconhecimento, necessidade e futuro das FA. **Compete ao poder político** dizer da necessidade e importância da existência das FA, por meio de campanhas de “marketing” de valorização, defesa e incentivo à adesão às FA.*

A necessidade de investimento e modernização do equipamento, armamento e sistemas de armas, com a necessária formação ou cursos de qualificação ministrados serem reconhecidos e certificados pelo IEFP e pelo Ministério da Educação.

Lisboa, 12 de Março de 2018

Mário Pereira
Sch Tm”

Enviado o meu contributo, e não sabendo se foi “aproveitado ou não”, no dia seguinte recebi a resposta do Cmdt: “Bom dia SCH Pereira

Recebido.

Comentários pertinentes e oportunos.

Abc”

N.R. - Continua na próxima edição com outra “História de Caserna” ▲

VISITAS...e Expectativa!



Agosto é sempre um mês muito desejado por todos. O mês de férias depois de um ano de árduo trabalho e que, por norma, significa praia, churrascos em família e tempos de qualidade com os filhos. Mas, infelizmente, este ano, para a maioria dos militares em S. Miguel, não foi assim.

A falta de efetivos que se verificam no Exército e a necessidade de emprego nas operações de apoio à Proteção Civil, no combate aos incêndios rurais que recorrentemente assolam o território continental, fizeram com que os militares da nossa ilha fossem, e bem, cumprir missões nesse âmbito.

Foram mobilizados meios humanos para a região de Tavira onde tristemente foram empregues no combate a esse flagelo. Para além disso tivemos militares nossos que foram reforçar outras Unidades para estas poderem cumprir as suas tarefas principais pois, como já foi referido, a falta de meios humanos começa a ser gritante.

E no meio disto tudo continuamos a ter meios humanos projectados na ilha de S. Jorge para garantir o apoio à crise sísmica que lá ocorre.

Em todas estas missões os militares “cá da casa” mostraram que, apesar de serem das ilhas, são Soldados de Portugal e também cá estão para servir. Apesar de estas situações não serem as mais agradáveis mostram a inegável condição de ser militar e estar sempre pronto a servir quando e onde for preciso.

Apesar de todos estes meios humanos empregues em prol das nossas populações gostaríamos de afirmar com tristeza que o sentimento de retorno transmitido pela população é pouco. Isto porque ainda não recebemos meios para o cumprimento cabal de todas as nossas missões.

As nossas viaturas continuam a ser muito poucas e as existentes estão obsoletas. O nosso equipamento individual continua a degradar-se e a ser insuficiente. Os nossos meios informáticos garantem simplesmente os mínimos para cumprirmos os requisitos exigidos pela Instituição. As nossas instalações continuam a avançar para a degradação, havendo em algumas situações a necessidade de virem a ser simplesmente abandonadas pois é impossível a sua manutenção. Grave, também, é não termos recebido ainda, todos, o novo fardamento porque ainda não chegou.

Sabemos de antemão que a nossa estrutura de comando não pode fazer milagres.

Os recursos colocados á disposição da Instituição são poucos e nem sempre suficientes.

Ficamos surpreendidos com a diminuição das verbas atribuídas ao Ministério da Defesa na actual conjuntura internacional.

Como explicação poderemos talvez atribuir isso á pressão da entrega do Orçamento de Estado e que não

tenha sido possível fazer melhor.

Esperemos que o novo Orçamento de Estado permita e seja possível olharem para nós como deve ser e com a dignidade que a nossa disponibilidade e sacrifício merecem.

Acreditamos que este paradigma esteja e possa vir a mudar. Para além do emprego em missões longe de “casa”, as recentes mudanças de Chefias e visitas às nossas humildes instalações, mostram preocupação com o estado das coisas.

A tomada de posse do novo Comandante das Forças Terrestres e a sua posterior visita enche-nos de orgulho e esperança por se ter mostrado sensibilizado com a nossa realidade. Mas são precisos actos concretos depois da sensibilização!

Esta renovada esperança também não pode ser dissociada da visita da Ministra da Defesa Nacional, que apesar de curta, foi importante para conhecer e possibilitar mostrar-lhe as capacidades dos militares da Região Autónoma. Também da parte do ministério necessitamos de ver actos concretos!

Gostaríamos também de endereçar um convite aos deputados da Região, eleitos para a Assembleia da República, particularmente os que integrem a Comissão de Defesa Nacional, para uma futura visita para que, *in loco*, possam ter conhecimento da realidade das condições em que os militares de S. Miguel desenvolvem as suas actividades para, quiçá, num futuro muito próximo poderem reconhecer e defender a necessidade de investimento por parte do poder político na resolução da nossa precária situação.

Está a acontecer muita coisa no mundo. Está a acontecer muita coisa no seio das Forças Armadas. Acreditamos que muita coisa irá acontecer na região.

Para isso é necessário trabalho e empenho de todos.

Tal como no passado as coisas evoluíram.

Dizer mal por dizer, todos o podemos fazer. No entanto, estamos atentos ao que está a acontecer globalmente e apesar das dificuldades, existem coisas feitas, e bem-feitas.

Ainda temos um longo caminho pela frente para termos o mínimo das condições e cumprir ainda melhor as nossas missões.

Para isso precisamos de meios, infraestruturas, viaturas e até camuflados.

O que mostramos é que apesar de tudo estaremos sempre prontos com os meios que nos derem, como continuamos a demonstrar.

Porque com sacrifício e abnegação servimos um propósito: servimos o nosso País e os interesses dos portugueses.

Serviremos sempre Portugal.

Núcleo da ANS em Ponta Delgada ▲



NA DEFESA DOS SARGENTOS

Proposta da ANS na Assembleia da República

Depois de ter sido entregue ao Presidente da Assembleia da República (AR), no passado dia 14 de Junho de 2021, uma petição com 7720 (sete mil, setecentas e vinte) assinaturas, promovida pelas Associações Profissionais de Militares (APM), apelando à revisão e alteração do Regime Remuneratório dos Militares, importa que a Associação Nacional de Sargentos (ANS) proponha e defenda o que considera ser justo em termos da revisão e alteração da própria tabela remuneratória, bem como uma série de questões relacionadas com o Regime Remuneratório dos Militares que já há muitos anos têm afectado negativamente a vida dos Sargentos e das suas famílias.

Assim, considera a ANS ser absolutamente necessário, urgente e da mais elementar justiça, que se proceda a uma revisão e alteração do desigual, injusto, classista e obsoleto Regime Remuneratório dos Militares, alteração essa referenciada pelo Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas como sendo uma necessidade, quando procedeu à promulgação do desbloqueamento da tabela remuneratória aplicável aos juízes.

Esta proposta de revisão e alteração insere-se nos objectivos que, desde há muito, a ANS defende e agora reitera, que passam pela necessidade de criar um conjunto de três carreiras (Oficiais, Sargentos e Praças) distintas, autónomas, com quadros funcionais claramente definidos e que devem evoluir em áreas complementares da actividade militar e intersectorar-se em vencimentos, autoridade e responsabilidade.

Ao ter sido efectuada a entrega da petição, antes das férias do Verão de 2021, teve-se como objectivo que a mesma pudesse ser discutida em plenário e na Comissão de Defesa Nacional da AR e, havendo vontade política dos deputados da Nação, ser incluída na proposta de Orçamento do Estado para 2022. Com a dissolução da Assembleia da República e a consequente convocação de eleições legislativas, tornou-se evidente que a entrega desta proposta deveria ser feita antes da discussão do Orçamento do Estado para 2023.

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AO REGIME REMUNERATÓRIO:

Enquanto associação socioprofissional representativa da categoria de Sargentos, a ANS apresentou a sua proposta de alteração à tabela remuneratória, bem como alguns outros aspectos relacionados com o Regime Remuneratório dos Militares, particularmente no que aos Sargentos concerne, a saber:



- Conferir o direito à remuneração no Posto, com efeitos retroactivos se necessário, desde a data da antiguidade expressa no respectivo Despacho de promoção (data de abertura da vaga);

- Criação de um Suplemento da Condição Militar (SCM) de valor fixo, igual para todos os militares, indexando-o a um mesmo posto, posição e nível remuneratórios, e com actualização anual, na percentagem aplicável aos vencimentos e pensões;

- Revisão da legislação relativa aos suplementos remuneratórios por risco, penosidade e insalubridade, no sentido de actualizar os respectivos valores, bem como os aumentos de contagem de tempo de serviço e outros direitos associados, uniformizando a sua aplicação entre os Ramos das FFAA, eliminando tratamentos diferenciados entre pessoal de nomeação permanente e temporária, e estabelecendo coberturas para especialidades ou especializações injustamente não contempladas. Neste aspecto, merece particular atenção a situação dos militares que integram o Grupo de Equipas de Inactivação de Engenheiros Explosivos (GrEqEOD) do Exército;

- Criação de novos suplementos remuneratórios (à semelhança dos suplementos auferidos pelas forças e serviços de segurança, mais especificamente no que aos da GNR diz respeito);

- Uniformização da aplicação do abono de remuneração por desempenho de funções de posto superior, evitando interpretações abusivamente restritivas como as que ocorrem, actualmente, com tratamento discricionário entre os diferentes Ramos das FFAA e mesmo entre categorias dentro do mesmo Ramo;

- Proceder à revisão/alteração do Decreto-lei nº 169/94, de 24 de Junho, que determina a aplicação do “Suplemento de Embarque” aos militares dos três Ramos das FFAA que embarquem e prestem serviço em navios da Armada. Por forma a torná-lo mais justo, adequado e condizente com o preâmbulo deste Decreto-lei,

não só é necessário actualizar as percentagens previstas no seu artigo 2º, como fixar apenas um índice equivalente a todos os militares embarcados, independentemente do posto;

- No âmbito do regime de protecção social dos militares, é urgente proceder à alteração da situação criada pela legislação em vigor, relativa aos Certificados de Incapacidade Temporária (CIT), por situações de doença ou de apoio à família em que o militar passa a receber um subsídio da Segurança Social, mas que exclui o vencimento que integra o Suplemento da Condição Militar;

- Rever e alterar um aspecto que sempre sofreu forte crítica e contestação por parte da ANS relativamente ao disposto no artigo 7º do Decreto-lei nº 296/2009, de 14 de Outubro, em que as bases remuneratórias dos cargos de CEMGFA, CEM’s e respectivos vices, são tratadas fora da tabela remuneratória dos militares, publicada no Anexo I do mesmo diploma, permitindo que possam ocorrer manobras de “*engenharia de gestão*” sem que as mesmas influenciem a tabela aplicável a todos os demais militares;

- Acabar com a situação discriminatória criada pelo disposto no Anexo III do Decreto-Lei referido no ponto anterior, que implementa o “*Suplemento de Despesas de Representação*”, aplicável a cerca de 500 (quinhentos) cargos, exclusivamente ocupados por Oficiais, mas que, na realidade, mais não é que uma forma de “vencimento encapotado”, razão porque deve o mesmo ser revogado;

- Implementar um maior equilíbrio de remuneração entre os postos das categorias de Sargentos e Oficiais em regime de contrato. Actualmente os postos de SSAR/FUR mantêm remunerações muito baixas em relação aos postos de ASP/GM/STEN/ALF;

- Rever e actualizar o regime remuneratório dos militares, de forma integrada, com vista à criação de carreiras autónomas, no sentido do alargamento do leque salarial da categoria de Sargentos, adoptando-se uma distribuição equilibrada e

fundamentada por toda a estrutura hierárquica.

FUNDAMENTAÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO REMUNERATÓRIA:

Importa recordar que quando foram criados os postos de Sargento-Mor e Sargento-Chefe, em 1976, os Sargentos que acederam àqueles postos eram militares que, pelo seu tempo de serviço, já eram detentores do direito a receber todas as cinco diuturnidades possíveis e, por essa razão, auferiam vencimentos ao nível dos postos dos Oficiais superiores. Esta situação não mereceu qualquer contestação porque prevaleceu entre os militares a noção do justo reconhecimento do tempo de serviço.

Com o fim das diuturnidades e a infeliz introdução dos escalões, sem que os Sargentos fizessem parte dos ditos grupos de trabalho que “cozinharam” o chamado “*NSR – Novo Sistema Retributivo*”, concretizou-se a injustiça de tratamento. O elitismo e a xenofobia classista passaram a ser uma realidade bem expressa no regime remuneratório dos militares.

O que a ANS vem, de novo, defender e propor formalmente, é a valorização dos níveis e posições remuneratórias aplicados aos Sargentos, tendo como base o conteúdo do desempenho funcional dos vários postos dos Sargentos na sua relação hierárquica no seio da Instituição.

Não pode mais ser aceitável que um militar Sargento do Quadro Permanente (QP) tenha como progressão, entre o primeiro nível remuneratório (NR) do posto de Segundo-Sargento (16) e o último do posto de Sargento-Ajudante (25), nove níveis de progressão. Em muitos dos casos é o percurso de toda a sua vida militar.

Por exemplo, um Coronel progride só nesse posto (NR48 a NR57) nove níveis remuneratórios...os mesmos nove níveis de progressão, mas, importa referir, com valores de remuneração completamente diferentes!

Não pode mais ser aceitável que toda a carreira de um Sargento do QP se desenvolva em 16 níveis remuneratórios (entre o NR16 e o NR32), quando vemos que a carreira de Oficial do QP, entre Alferes e Coronel (já retirando desta equação os Oficiais Generais) se desenvolve em 39 níveis remuneratórios (entre o NR18 e o NR57), ou seja, mais do dobro daquilo que é toda a carreira de um Sargento que tenha a possibilidade de chegar ao posto de Sargento-Mor e cumpra o tempo para atingir o segundo NR.

Não pode mais ser aceitável que a um jovem que se procura cativar para uma carreira militar, servindo como Sargento



das Forças Armadas, com todas as exigências e responsabilidades inerentes a essa condição, se considere pouco mais que o Rendimento Mensal Mínimo Garantido (RMMG) e se atribua o NR7.

Se se pretende, de facto, desenvolver a atractividade pelas Forças Armadas e assegurar o recrutamento e a retenção, é importante dar as condições para que, aqueles que servem há já muitos anos vejam o reconhecimento material devido e possam ser o testemunho vivo para que, também os jovens, percebam que tem sentido servir como Sargento nas Forças Armadas Portuguesas. Os Sargentos não querem ver os seus jovens engrossar o universo dos mais de 4,8 milhões de cidadãos empregados em Portugal dos quais 25,6% auferia o salário mínimo nacional, de acordo com dados de Abril de 2019. Importa ter a consciência que os baixos salários em nada contribuem para a atractividade nem para a motivação para a retenção.

A forma como está construída a Tabela Remuneratória dos Militares actualmente em vigor, não é aceitável. Tem forçosamente de ser alterada!

CARREIRAS AUTÓNOMAS:

Naturalmente que esta proposta de alteração, defendida pela ANS, no sentido de corrigir assimetrias, promovendo carreiras autónomas, trazendo maior justiça e reconhecimento, ao posicionar a remuneração dos Sargentos das Forças Armadas de acordo com as suas funções e responsabilidades, faz mais sentido, e será melhor compreendida, com a implementação de outras propostas, também defendidas e já avançadas pela ANS em inúmeros documentos, que implicam necessariamente, entre outras, alterações ao EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas), cuja alteração introduzida pela Lei nº 10/2018 de 2 de Março, sendo de extrema importância, ficou no entanto incompleta, para além de ter gerado, de novo, tratamento diferenciado relativamente aos Sargentos. Uma das alterações necessárias que ajudará a melhor compreender esta proposta, é a valorização e o reconhecimento da formação académica para os Sargentos, ao nível de Licenciatura, aspiração e exigência antigas da ANS.

PROMOÇÃO POR DIUTURNIDADE E ANTIGUIDADE:

Recordamos que, a partir daquela alteração, a categoria de Sargentos deixou de ter uma promoção por diuturnidade, ao contrário do que continua a acontecer nas outras duas categorias. Nesse sentido, continuamos a defender, e faz todo o sentido, que a promoção de Segundo-Sargento a Primeiro-Sargento (a primeira da carreira dos militares no Quadro Permanente) volte a ser por Diuturnidade. Da mesma forma, defendemos que a promoção de Primeiro-Sargento a Sargento-Ajudante volte a ser por Antiguidade, e não por Escolha, como actualmente acontece.

TEMPO MÁXIMO DE PERMANÊNCIA NOS POSTOS:

Factor igualmente importante e fun-

damental para que a proposta de revisão e alteração ao regime remuneratório aplicável aos Sargentos faça sentido, assenta num aspecto que a ANS também defende quando propõe que o tempo máximo de permanência no posto, seja de 11 anos, nos postos de Primeiro-Sargento e Sargento-Ajudante (postos mais baixos e de maior estagnação na carreira) ao fim dos quais o militar tem de ser promovido ao posto seguinte (ainda que possa ter de ficar numa situação de supranumerário), devendo os Quadros Orgânicos serem dimensionados de acordo com estas condicionantes e normas a instituir.

Como é sabido, a partir de 10 anos e 348 dias de permanência num posto, o factor da Antiguidade atinge o seu máximo, passando a tratar como igual quem tenha 11, 12, 15, 20 ou mais anos de permanência no posto, o que, numa

instituição com as características da Instituição Militar, não é, nem pode ser, aceitável!

EM JEITO DE CONCLUSÃO:

Impõe-se tornar atractiva a carreira e isso implica a revisão geral dos perfis de carreira que articule remuneração, desempenho de cargos e funções, reconhecimento e valorização académica e tempo máximo de permanência nos postos.

Este trabalho materializa muitas das propostas da ANS para a actualização da tabela remuneratória, por forma a torná-la mais justa, mais equitativa e mais consentânea com umas Forças Armadas do século XXI (que já vai com quase ¼ de século passado), de um País que quer valorizar, efectivamente, os seus militares também materialmente, e não apenas em discursos de circunstância. ▲

PROPOSTA DE TABELA REMUNERATÓRIA PARA OS SARGENTOS

Postos*	Posições e Níveis Remuneratórios				
	1	2	3	4	5
SARGENTO-MOR	40 (€ 2518,72) <i>29 (1945,49)</i>	43 (€ 2675,05) <i>32 (2101,82)</i>			
SARGENTO-CHEFE	34 (€ 2206,05) <i>26 (1789,15)</i>	36 (€ 2310,27) <i>27 (1841,26)</i>	37 (€ 2362,37) <i>28 (1893,38)</i>	38 (€ 2414,50)	39 (€ 2466,60)
SARGENTO-AJUDANTE	28 (€ 1893,38) <i>22 (1580,71)</i>	30 (€ 1997,60) <i>23 (1632,82)</i>	31 (€ 2049,71) <i>24 (1684,93)</i>	33 (€ 2153,94) <i>25 (1737,04)</i>	
PRIMEIRO-SARGENTO	20 (€ 1476,49) <i>18 (1372,27)</i>	22 (€ 1580,71) <i>19 (1424,38)</i>	24 (€ 1684,93) <i>20 (1476,49)</i>	26 (€ 1789,15) <i>21 (1528,59)</i>	
SEGUNDO-SARGENTO	17 (€ 1320,15) <i>16 (1268,04)</i>	18 (€ 1372,27) <i>17 (1320,15)</i>			
FURRIEL / SUBSARGENTO	14 (€ 1163,82) <i>9 (903,27)</i>	15 (€ 1215,93) <i>10 (955,37)</i>			
SEG.-FURRIEL / SEG.-SUBSARG.	13 (€ 1111,72) <i>7 (809,13)</i>				

A **preto**, os níveis e **valores propostos pela ANS**.

A **vermelho "itálico"**, níveis e **valores actuais**.

Estes níveis e valores foram actualizados nos termos do Decreto-Lei nº 109-A/2021, de 7 de Dezembro e previstos para 2022.

Estes valores são **ilíquidos e não integram o Suplemento da Condição Militar (SCM)**.



Defendendo os Direitos Sindicais Essenciais dos Trabalhadores: Relatório apresentado ao Conselho da Europa

No passado dia 1 de Julho, a Federação Europeia dos Sindicatos da Função Pública (EPSU), a Confederação Europeia de Polícia (EuroCOP) e a Organização Europeia das Associações e Sindicatos Militares (EUROMIL) apresentaram ao Comité Europeu dos Direitos Sociais (ECSR) do Conselho da Europa um relatório sobre as violações dos direitos sindicais. Em conjunto, estas federações sindicais representam milhões de trabalhadores públicos, tais como enfermeiros, assistentes sociais, guardas prisionais, oficiais de liberdade condicional, bombeiros, polícias, militares, inspectores fiscais, inspectores do trabalho, etc.

Em muitos países europeus, aos trabalhadores públicos, considerados essenciais para combater a pandemia de Covid-19, continuam a ser negados direitos sindicais essenciais para defender melhores salários e condições de trabalho. A protecção e extensão dos direitos sindicais básicos de organização, negociação e acção colectiva, bem como uma aplicação uniforme das normas sociais mínimas da UE a todos os trabalhadores dos serviços

públicos, são preocupações comuns às três federações sindicais.

Como parte de um projecto de dois anos financiado pela Comissão Europeia, as federações encarregaram uma equipa de académicos liderada por Alexander de Becker, da Universidade de Ghent, de elaborar um relatório sobre questões e tendências comuns em toda a Europa. O relatório fornece uma boa base para o ECSR examinar a situação em maior profundidade, realizando novos intercâmbios com as federações e os seus membros.

Expõe também a inconsistência de abordagens entre países. Se os funcionários públicos e trabalhadores da função pública nos países nórdicos, Bélgica e Países Baixos - por exemplo - podem organizar-se, negociar (incluindo sobre os salários) e tomar acções colectivas, porque não nos Estados Bálticos, Hungria, Polónia, Bulgária ou Turquia? Se os serviços de polícia na Escandinávia podem organizar-se, negociar e tomar acções colectivas (restritas), então porque não na Irlanda e em Malta? E se os militares nos países nórdicos, Holanda, Bélgica e mesmo Hun-

A TRABALHADORES ESSENCIAIS NEGADOS OS DIREITOS SINDICAIS ESSENCIAIS

EPSU, EUROMIL E EUROCOP

UNEM FORÇAS PARA DEFENDER

DIREITOS SINDICAIS

JUNTO DO CONSELHO DA EUROPA



gria, entre outros, podem organizar-se, negociar e empreender acções colectivas (restritas), porque não nos Estados Bálticos, Bulgária, Roménia, Itália, Espanha e Portugal?

Para as federações, devem ser concedidos os mais amplos direitos possíveis em todos os serviços públicos na Europa. Quaisquer limites injustificáveis a esses direitos constituem uma ameaça a todos os sindicatos e associações profissionais

por eles representados. A negação de direitos sindicais a um grande número de trabalhadores dos serviços públicos pode ser utilizada para restringir direitos onde estes já existem ou negar direitos onde estes possam ser reivindicados.

A cooperação conjunta entre as federações conduziu à conferência final em Skopje, no passado dia 22 de Setembro, na qual o ECSR foi convidado a participar. ▲

13 de Setembro 1972-2022

EUROMIL celebra os seus 50 anos de existência

A 13 de Setembro de 1972, a EUROMIL foi fundada em Bergisch Gladbach, Alemanha, por sindicatos e associações de militares da Bélgica, Dinamarca, Itália, Países Baixos e República Federal da Alemanha. 50 anos mais tarde, os actuais e antigos membros da EUROMIL reuniram-se em Bergisch Gladbach para celebrar o 50º aniversário. Quase 100 pessoas participaram na cerimónia, apesar de a viagem a Bergisch Gladbach não ser muito fácil.

O Vice-Presidente da EUROMIL, Jörg Greiffendorf, abriu a cerimónia sublinhando que a EUROMIL actua e deve continuar a actuar em unidade, sendo uma equipa como foram os membros fundadores.

O Tenente-General Martin Schelleis, representando as Forças Armadas alemãs, declarou que os governos europeus não devem excluir o pessoal militar - são apenas cidadãos em uniforme - uma vez que representam um pilar importante do processo de unificação europeia. Como o Chanceler alemão, Olaf Scholtz, indicou, a Europa enfrenta hoje um Ponto de Viragem! Além disso, o antigo Presidente da Comissão Europeia Jean-Claude Juncker também reconheceu que na Europa existem duas nações, as que são pequenas e as que ainda não se aperceberam que são pequenas. A resposta é a Integração Europeia, e por isso, precisamos de uma forte representação dos homens e mulheres que servem nas Forças Armadas. A EUROMIL, a este respeito, é um elemento chave.

O coronel Andre Wüstner, presidente da associação alemã, a DBwV, salientou que a EUROMIL também enfrenta um Ponto de Viragem, especialmente no que diz respeito aos desenvolvimentos da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da UE. De acordo com

a sua opinião, "As associações militares têm uma voz em Bruxelas, unamo-nos, expressemos abordagens diferentes, defendamos a dimensão social nos nossos países de origem e na Europa. Moldemos o Ponto de Viragem e conduzamo-lo ao sucesso como a EUROMIL já o fez no passado".

O orador seguinte nesta cerimónia foi Jens Rotbøll - Presidente da EUROMIL de 1984 a 2002, que partilhou as suas experiências e memórias dos dias da fundação da EUROMIL e os grandes homens que realizaram a ambição de criar uma organização europeia representativa de associações e sindicatos militares.

Bernhard Gertz, Vice-Presidente da EUROMIL desde 1994 e durante 18 anos, e Presidente em exercício em 2005-2006, recebeu do actual Presidente da EUROMIL, Emmanuel Jacob, o título de membro honorário, pela sua devoção e fortes acções durante o seu tempo na EUROMIL. Bernhard Gertz declarou também que a EUROMIL, durante 50 anos, alcançou muitos dos seus objectivos, mas que ainda é necessário muito trabalho. Hoje em dia, é importante trabalhar para uma cultura militar comum na Europa. É importante para a UE ter exercícios comuns dos seus soldados. Estes objectivos são difíceis de alcançar e temos um longo caminho a percorrer, mas hoje a Europa precisa de um progresso militar comum para proteger os seus interesses.

Finalmente, o Presidente da EUROMIL, salientou que a luta ainda não terminou. Temos de defender



os cidadãos de modo coordenado a nível europeu, de modo uniforme. Hoje, a implementação da Bússola Estratégica da UE apresenta novos desafios e oportunidades que não podemos deixar de defender para os homens e mulheres, os trabalhadores em uniforme, que protegem os nossos países.

Globalmente, os oradores expressaram a sua gratidão pelo trabalho árduo da EUROMIL durante os últimos 50 anos, enquanto sublinharam que os políticos devem ouvir as pessoas que defendem a nossa liberdade. O trabalho da EUROMIL está longe de ter terminado, os desafios permanecem os mesmos desde 1972 e, por isso, teremos de continuar a lutar! ▲



Trabalhadores do Sector Público na Europa

Direitos Sindicais

No passado dia 22SET22, três confederações europeias de associações e sindicatos, a EUROMIL, a EPSU (Federação Europeia de Sindicatos dos Serviços Públicos) e a EuroCOP (Confederação Europeia de Polícias) realizaram uma conferência subordinada ao tema 'Fortalecimento e Defesa dos Direitos Sindicais no Sector Público' em Escócia, Macedónia do Norte.

A conferência, na qual participaram, pela ANS, António Lima Coelho e Luís Bugalhão, foi o evento final de um trabalho de dois anos, financiado pela Comissão Europeia, que investigou os desafios enfrentados na proteção e fortalecimento dos direitos de organização, negociação e acção colectiva dos trabalhadores do sector público. Para além da conferência final, realizaram-se anteriormente cinco reuniões regionais centradas na realidade dos direitos sindicais em diferentes países.

No projecto, as três confederações trabalharam em estreita colaboração para defender e promover os direitos sindicais, produzindo posteriormente um relatório conjunto, entregue ao Comité Europeu dos Direitos Sociais do Conselho da Europa. O relatório, compilado por uma equipa de investigadores liderada pela Universidade de Gante (Ghent, Bélgica), fornece uma visão geral das proibições e limites impostos aos trabalhadores do serviço público em toda a Europa.

A conferência foi aberta com as boas-vindas da EPSU, EuroCOP e EUROMIL. Na ocasião, Emmanuel Jacob, Presidente da EUROMIL, destacou a importância da estreita cooperação das três confederações, como um passo crucial para obter mais reconhecimento. *"Este projeto uniu-nos. O resultado estará na ordem do dia nos próximos meses, dando continuidade ao trabalho de entender que todos somos trabalhadores. A conclusão é que todos os trabalhadores devem poder ser representados e negociar colectivamente, para defender as suas condições de trabalho e das suas famílias. Colaborar, no mundo sindical, significa garantir que os militares tenham direitos sindicais em todos os países; a negociação colectiva é importante, pois é necessário ter um instrumento para reagir."*

O que diz o relatório

A parte seguinte da conferência consistiu na apresentação dos resultados da pesquisa do projecto por Alexander De Becker e por Lissa Nissen, os autores do relatório. Em primeiro lugar, foi feita uma ampla exposição das normas europeias e internacionais sobre direitos sindicais, seguida de uma apresentação geral sobre os três direitos fundamentais: o direito de organização, o direito à negociação colectiva e o direito de acção colectiva. Posteriormente, foram apresentadas as tendências nos diferentes



países para cada direito e os principais problemas decorrentes da limitação a esses mesmos direitos por parte dos Estados.

Os participantes ouviram então Emmanuel Jacob, que expôs uma perspectiva do assunto para os militares, dando uma visão particularmente interessante sobre países específicos. Na Irlanda, existe o direito de se filiar em sindicatos, no entanto, não existe nenhum direito real à negociação colectiva, embora nos últimos anos tenha havido melhorias. Em Portugal, os direitos sindicais existem, mas não passam de uma caixa vazia, ainda que com um embrulho bonito, uma vez que o direito à negociação colectiva é negado. Nesta matéria, destacou-se que a EUROMIL tem uma queixa pendente contra o Estado português.

Utilizar as Directivas da UE para reforçar direitos

A segunda parte da conferência centrou-se no tema do reforço dos direitos negociação colectiva nos vários países, através do estatuído em Directivas da UE e do diálogo social setorial. Os oradores incluíram Lorenzo Reppetti, Conselheiro Sénior da CES (Confederação Europeia de Sindicatos), e Diana Crumpana, da Unidade de Diálogo Social da Comissão Europeia, que falou sobre os direitos de negociação colectiva na Directiva do Salário Mínimo Adequado. É a primeira vez que a UE promove a negociação colectiva, por isso é importante proibir a interferência dos Estados contra os sindicatos e contra os seus membros, e exigir acções efectivas e concretas para a implementação das directivas.

Uma referência específica à Directiva Condições de Trabalho Transparentes e Previsíveis (TPWC, na sigla em inglês) e ao fortalecimento do diálogo social

nacional e europeu foi realizada por Diana Crumpana e por Nadja Salson, Directora para a Política da EPSU. A TPWC prevê iniciativas para o diálogo social na Europa e recomendações a serem propostas a estados individuais: Nadja Salson centrou-se nas possibilidades de exclusão de um determinado sector de trabalhadores do diálogo social, nomeadamente os militares, sublinhando a importância de evitar o uso de isenções previstas pela Directiva. Quaisquer isenções devem ser tão limitadas quanto possível e baseadas em fundamentos claros, transparentes e objectivos.

Grupos de trabalho/troca de experiências

Na sequência destas apresentações, os presentes tiveram a oportunidade de participar em diferentes grupos de trabalho, nos quais foram suscitadas discussões tanto a nível nacional como europeu. Os participantes tiveram a oportunidade de partilhar experiências nacionais, bem como práticas da sua actividade, reafirmando as questões existentes com os direitos sindicais. Algumas associações membros da EUROMIL participaram, partilhando as suas experiências nacionais. Pela Grécia, Dimitrios Rotas (Presidente da PFARFU, Federação Pan-Helénica de Sindicatos das Forças Armadas) destacou a forma como as possibilidades legais foram exploradas para obter direitos sociais para os militares, especialmente através dos tribunais. Por Portugal, António Lima Coelho falou sobre como eventos especiais levaram à aprovação de um pacote de leis que permite o direito de manifestação. Em ambos os casos, sempre houve um forte apoio da EUROMIL.

A conferência permitiu uma discussão envolvente e aberta sobre as realidades dos direitos sindicais em toda a Europa e foi encerrada com a aprovação do documento EPSU-EuroCOP-EUROMIL 'Next Steps', um documento conjunto que chama a atenção do público para os compromissos assumidos pelos Estados, por forma a evitar usos injustificados de isenções. Esse documento, aprovado na conferência por unanimidade, está em fase de finalização e será apresentado em breve. ▲





Dirigente da ANS condecorado em missão internacional

Em 08 de Julho passado, 66 membros da Missão de Treino da União Europeia em Moçambique (EUTM-MOZ) foram condecorados com a Medalha da Common Security Defence Policy (CSPD), pelo seu contributo para a missão, tendo a cerimónia decorrido no Quartel-General da Missão, em Maputo.

Esta Medalha, estabelecida pelo Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, é uma condecoração militar internacional atribuída tanto a militares como a civis, que tenham servido em missões da CSPD, reconhecendo os seus serviços no cumprimento da missão da União Europeia.

A cerimónia foi presidida pelo Comandante da EUTM-MOZ, Brigadeiro-General Nuno Lemos Pires, que durante o seu discurso destacou o significado desta medalha e reconheceu o profissionalismo e

dedicação dos membros que foram condecorados na Missão.

O Comandante entregou pessoalmente algumas das medalhas do CSDP, acompanhado pelo 2.º Comandante/Chefe de Estado-Maior e pelo Chefe do Grupo de Treino.

O *Sargento* saúda todos os condecorados, com uma menção especial para o nosso camarada Horácio Pinheira, Relator do Conselho Fiscal da ANS.

A EUTM-MOZ continuará a apoiar as Forças Armadas de Defesa de Moçambique, através da missão de formação e capacitação, de forma a que possam, de modo independente, desenvolver as capacidades necessárias e sustentáveis para restaurar a segurança e oferecer capacidade de protecção em Cabo Delgado, em conformidade com o respeito pelos direitos humanos e o direito humanitário internacional. ▲



NR: Este texto, adaptado, e a foto foram copiados do Facebook de Ana Vitorino.

Sargento Português “atira” para bem alto o nome de Portugal!



Nosso camarada João Costa, Sargento-Chefe da Força Aérea, sagrou-se no passado mês de Setembro, campeão europeu de pistola a 50 metros, no campeonato da Europa de tiro a 25 e 50 metros, que decorreu em Wrocław, na Polónia.

João Costa, que já esteve presente em cinco Jogos Olímpicos, somou o quarto título europeu da carreira, depois de 2009, 2011 e 2015, e o terceiro nos 50 metros.

Nunca é demais realçar que esta conquista o coloca como um dos melhores

atletas do mundo nesta disciplina.

Depois de em 2021 somar um bronze na prova mista de 10 metros com pistola de ar comprimido, somou a 14.ª medalha em Europeus, a que se somam três pratas em Mundiais, um deles da ISSF, e muitos mais pódios em Taças do Mundo.

Recordamos que já este ano, o nosso camarada tinha alcançado a proeza de se tornar Vice-campeão do Mundo com armas históricas de pólvora preta, numa prova que decorreu em Pforzheim, na Alemanha. ▲

ANS reuniu com Sindicatos Militares da Grécia



Estes dois sindicatos pertencem a uma Federação de **41 sindicatos militares gregos**, a **Federação Pan-Helénica de Sindicatos das Forças Armadas**, cujos Presidente, Dimitrios Rotas, e Secretário (para além de membro da Direcção da EURO-MIL) Georgios Zgardanas, promoveram e organizaram estas duas reuniões.

Os camaradas gregos receberam a ANS com muita hospitalidade e simpatia, e para além da troca de experiências e discussão construtiva sobre questões que dizem respeito às Forças Armadas de ambos os países, brindaram a delegação com ofertas alusivas aos seus sindicatos.

Aos nossos camaradas gregos as maiores saudações e “Ενωμένοι στεκόμαστε!” (United we stand!) ▲



À margem da Conferência, a delegação da ANS teve ainda oportunidade de reunir com membros de dois sindicatos militares gregos:

- **Sindicato Militar de Salónica**, com Athanasios Sarris (Presidente) e Stergios Orkas (Tesoureiro); e
- **Sindicato dos Oficiais Militares da Região da Macedónia Central**, com Vasilios Giachountis (Presidente) e Georgios Tsigkrellis (Vice-presidente).

CONCERTO COMEMORATIVO 95º ANIVERSÁRIO DO REGIMENTO DE ARTILHARIA Nº 4

Inserido nas comemorações do 95º Aniversário do RA4, o concerto teve lugar no dia 07JUL22, no Teatro José Lúcio da Silva, em Leiria.

A ANS foi convidada do Comandante do Regimento, COR José Carlos Vicente Pereira, por sugestão do SMOR da Unidade, SMOR Vítor Marques Alves, sublinhando assim as excelentes relações existentes entre aquela Unidade do Exército e a ANS.

O programa, sob a Direcção Musical do MAJ CBMus Alexandre Lopes Coelho, incluiu a actuação da Banda Sinfónica do Exército, na primeira parte, seguida da actuação conjunta com o grupo etnográfico-musical das Terras de Miranda Galandum

Galundaina e do grupo coral, do Porto, Ensemble Vocal Pro Musica, na segunda parte do concerto.

António Lima Coelho e Luís Bugalhão (a delegação da ANS) assistiram com gratidão ao excelente espectáculo de música clássica e da sua fusão com a tradição popular e com o grupo coral. A delegação teve oportunidade de mostrar o seu reconhecimento pelo convite ao Comandante do RA4 e ao seu SMOR Adjunto, tendo-lhes dado os parabéns pelo 95º aniversário da sua Unidade, aproveitando a oportunidade para conviver e trocar impressões com outros camaradas presentes. ▲





O INIMIGO CÁ DENTRO

Nos últimos tempos temos assistido a uma série de eventos que nos fazem levantar algumas questões, algumas tão importantes como o são a Segurança Nacional.

Primeiramente porque são importantes para os portugueses, depois porque podem hipotecar o futuro de uma Nação milenar, que como primeiro País reconhecido, gostaríamos de ver mantida até pelos valores culturais da sua difícil e custosa criação.

Falamos em ciber-segurança e segurança nas informações, mas será que podemos sequer pensar que estamos seguros ou que de alguma forma vivemos em segurança?

Acreditamos que não e dizemo-lo convictamente.

Temos a certeza que não porque a toda a hora assistimos a quebras de segurança que trazem as repercussões nefastas e irreversíveis que conhecemos, transmitidas em noticiários e fontes abertas diariamente nos meios de comunicação social.

Fala-se que superespões vendem informação a potências estrangeiras, sabe-se que desaparecem armas e outros itens para se venderem em mercados ilegais, da mesma forma passaportes portugueses são apanhados e vendidos no mercado negro a valores irrisórios, negociados e alcançáveis por qualquer um com intenções menos nobres.

Sabe-se que talvez por isso transitem mercenários ou terroristas pelas nossas instituições, fronteiras ou localidades com acesso a materiais possibilitadores de grandes estragos, materiais e humanos.

Sabemos ainda as dificuldades com que nos deparamos nos dias de hoje, quer em questões de pessoal, infraestruturas e monetárias que estarão com toda a certeza na origem do problema.

Assistimos ainda a um enfraquecimento no controle das estruturas da Justiça e Segurança, quando vemos “grupos” com interesses obscuros a intrometerem-se na imparcialidade institucional, a disputar o seu controle ou a criar diferenças entre instituições de forma a originar discordâncias e disputas entre estas como manobra de diversão.

Porque será?

Será que servem os interesses dos portugueses e do País?

Com toda a certeza afirmamos que não.

Estes “grupos” obedecem apenas aos seus credos e servem os seus próprios interesses, sejam eles individuais ou colectivos, internos ou externos com os quais têm ligações ou ramificações.

Consequência disso, vemos indivíduos a fazerem tudo por pertencer a “grupos” desses, sem entender as consequências que isso lhes possa vir a trazer. Por vezes lucros, outras vezes nem tanto, na certeza, porém, de mais tarde se aperceberem que

ficam reféns das vontades do “grupo” ou de quem o encabeça e produz a sua Lei e por isso sujeita-se à sua vontade, que nem sempre encontra a convergência necessária entre os valores em que acreditava serem os seus também.

Assim, é importante que ao escolher, tenha a certeza que o “grupo” tenha a possibilidade de ter supremacia sobre todos os outros e de que os valores e objectivos se identifiquem com os seus, a fim de não se ver corrompido ou subvertido às suas vontades.

Quando assistimos incredulamente, não há muito tempo, às principais figuras do Estado a içar uma Bandeira Nacional ao contrário, terá sido por engano ou terão inadvertidamente tentado passar a mensagem que todos conhecemos sobre o significado de uma Bandeira Nacional invertida?

Será que somos apenas incompetentes, ingénuos ou estaremos já reféns de outros?

Sabemos que a maldade se encontra na sombra e não descansa, que usa de todas as armas e ferramentas para submeter ou subverter qualquer pessoa correcta, usando ainda contra si todas as suas fraquezas, tentando-a fazer algo ou influenciando-a a cometer actos indignos por pura maldade.

Fazendo ainda o “possível convertido” acreditar que pertence ao “grupo” e por isso será beneficiado com isso. Mais tarde apercebe-se que afinal foi tudo um engano e caiu na tentação de mais um ardid de quem conhece e instrui a prática dos pecados capitais.

Sabemos ainda que a maldade, por norma é constituído por pessoas feias, semelhantes a “orcs”, que aparentam vestir bem, que mentem compulsivamente, agindo contrariamente ao que afirmam publicamente através do uso de palavras vazias, mas bonitas, que a maioria não entende e que praticam a tempo inteiro as suas maldades.

Soberba, avareza/ganância, inveja, ira, luxúria, gula e preguiça serão os principais vícios ou erros cometidos pelas pessoas que as levam a cair na teia destes “grupos” que utilizam estas armas e as coagem a praticar acções pecaminosas originadas por maus pensamentos dos seus líderes.

Algum dia soubemos que destes actos de maldade surgiu ou se construiu algo de bom?

Também não nos parece! Quem pratica a maldade sempre quererá o pior e exercerá todo o seu esforço na destruição de tudo e todos.

Assim sendo, a julgar pelos tempos em que vivemos e diariamente assistimos, o caminho que temos vindo a percorrer, onde nos trouxe e o que pretendemos alcançar, **deve ser questionado**.

Deve ser questionado pelos que que-

LIDO POR AÍ (pelo 1SAR Vitalício)

A Ministra da Defesa Nacional recebeu hoje a associação Nacional de Sargentos

No encontro foi sublinhada a vontade de manter canais de diálogo e de cooperação, que são essenciais para atender aos desafios que se colocam aos homens e mulheres das FFAA.

23MAI22, Twitter do MDN

As APM acusam o Governo de ilegalidade e desconsideração

As Associações Profissionais de Militares acusam o Ministério da Defesa de incumprimento da lei que consagra o direito a participarem na discussão de matérias na área da sua competência específica.

22JUL22 – abrilabril, jornal online

Ministra da Defesa Nacional destaca agenda de reforço para as Forças Armadas nas comemorações do 70º aniversário da FAérea em Beja

Helena Carreiras disse que o Quadro Permanente de Praças da Força Aérea Portuguesa (FAP) e do Exército será lançado «antes do final do ano».

01JUL22 – Portal do Governo na web

Entrevista ao CEMGFA, ALM Silva Ribeiro

“Muitos abdicam depois da sua carreira militar, sobretudo os contratados. Isto é insustentável.”

“Nós temos dito e temos alertado o Governo, que esta situação de redução dos efectivos nas FFAA tem de ser parada!”

“Porque nós estamos em risco de desequilíbrio em termos das missões que temos para cumprir e a capacidade de meios humanos para as cumprir.”

01AGO22, RR (canal YouTube)

Forças Armadas em “queda avassaladora” no número de militares

18AGO22 – Jornal Económico online

Há mais 13M€ para militares na Roménia mas orçamento das Forças Armadas está em rutura

14AGO22 – Diário de Notícias online

Governo escolheu 21 “sábios” para criar a nova Estratégia de Defesa Nacional

Leonor Beleza, Vítor Bento, Miguel Monjardino, Seixas da Costa, Tiago Pita e Cunha, são algumas das personalidades que integram a comissão.

12AGO22 – Diário de Notícias online

Atrasos nas próteses deixam deficientes militares em “prisão domiciliária”

Há mutilados da guerra meses à espera de material. Continuam a sentir-se tratados como “carne para canhão”

12AGO22, Expresso

[Numa altura em que o Executivo já trabalha com uma previsão da inflação de 7,4% em 2022, os funcionários públicos] **«Não vão com certeza ser aumentados 7,4%», frisou António Costa.**

12SET22 - Entrevista à TVI/CNN Portugal

rem o melhor, a paz e a justiça para o seu País enquanto **Nação** e para o seu povo como igual.

Para isso, estes que defendem estes valores e princípios, terão uma vez mais e à semelhança de outrora, de se reunirem, unirem esforços e se insurgirem contra estas maldades, imporem o caminho da justiça como prática corrente de **todos e para todos**, utilizando as ferramentas e armas contrárias aos dos seus malfeitores, armas que sempre foram preponderantes para o seu sucesso.

Até agora tal não aconteceu, será que os bons já só existem no nosso imaginário, como personagens de um conto cuja história os antigos nos contavam? Será que foram todos subvertidos, fazendo parte integrante agora dos “grupos” das maldades e dos que pretendem mandar nisto tudo, instaurando o **caos** na sociedade?

Será que quem tem o dever de ajuizar e sentenciar pela defesa dos valores que outrora juramos defender foi corrompido,

ficou refém, com medo ou simplesmente deixou de acreditar?

Só assim se explica sermos conhecedores dos verdadeiros problemas que nos afectam, termos as soluções e as condições para os resolver e não termos **nunca** a coragem ou vontade de o querer fazer.

Sabemos aguardar e resistir, temos a certeza que se trava uma batalha e que os justos e bons irão ganhar, nem que para isso tenhamos de invocar outras divindades, ou mesmo Santos como S. Jorge, Arcanjos e seus exércitos alados, ou ressuscitar até os Condes, D. Afonso Henriques ou D. Nuno, usar da sua força, reviver suas memórias e relembrar suas conquistas.

Somos Sargentos de Portugal, somos **cidadãos** com princípios e sentido de justiça, resilientes e com toda a vontade e valor, juramos servir e serviremos **sempre** os portugueses e Portugal.

Viva Portugal!

Autor devidamente identificado ▲



Cartas ao Director

Senhor Director de “O Sargento”,

Sou militar há algum tempo, mas só muito recentemente me tornei sócio da Associação Nacional de Sargentos (ANS).

O que me levou a associar à ANS foi a necessidade de fazer alguma coisa em relação ao estado das coisas. Sentia que havia necessidade de se criar algo ou antes, criar uma associação que lutasse pelos interesses dos Sargentos.

Num jantar comemorativo do 31 de Janeiro e em contacto com o Sr. Presidente, o Sr SMOR Lima Coelho, acabei por perceber que essa luta já acontecia há muito tempo. Fiquei intrigado pelo facto de só nessa altura ter tido conhecimento da associação. Como Sargento que sou e gostar de estar bem calçado (como já dizia o outro senhor, alguém tem que saber ler e escrever), debrucei-me sobre o assunto.

Fui procurar o que era, o que já tinha vindo a ser feito e mais importante, qual o suporte legal para a existência da ANS. Fiquei mais uma vez impressionado, pois apesar de existirem leis, os que nos governam uma vez mais não as cumprem.

Porquê, perguntei eu?

Talvez por pensarem que contrariamente ao que deveria acontecer, acharem que as pessoas que os elegem devam servi-los naquilo que serão os seus interesses e não ao contrário, que são eles eleitos para que sirvam as pessoas. Ou quiçá, o pilar fundamental do Estado de Direito, a Justiça, não funciona.

Resumindo tudo isto, é que percebi que tinha de lutar ainda mais. Pertencendo agora a um grupo de pessoas, que já experientes porque andam nisto há muito tempo, precisam tanto de mim como eu preciso delas.

Os tempos que correm não são fáceis. Quando entrei para a Instituição já me diziam que a Instituição estava a bater no fundo. Surpreendentemente esses mesmos camaradas não sabiam era que “a malta da tropa” sabia cavar. Sim, Sr. Director, aquilo que estamos a fazer é a cavar porque no fundo já batemos há muito tempo.

Porquê? Porque como não temos ninguém que nos defenda, mandam-nos continuamente cavar. E como já alguém disse, a falecida Instituição Militar, que era o garante de valores e tradições do Estado, encontra-se moribunda, em estado comatoso e em fase terminal.

Mandam-nos cumprir missões sem meios, sem homens, e mais grave criaram um sistema de avaliações que não permite discordar. Pois até nisso os Senhores que mandam nisto tudo pensaram.

Fruto da nossa experiência, antes chamávamos a atenção para as coisas que iam correr mal e, hoje, já não o podemos sequer fazer. Sim, porque as pessoas ficam melindradas e ofendidas.

Mas não são só os nossos chefes. Não senhor Director, são também os subordinados, que fruto desta nova política, o que interessa é número, consequência disso, tudo serve e entra para a Instituição. Abnegação, espírito de sacrifício? O que é isso?

Mas também a pagar o que pagam, só os que não arranjam trabalho em mais lado nenhum é que vêm para a tropa. Agora pergunto, qual a razão para pagarem tão mal? Talvez porque não cumprem a Lei e não temos quem nos defenda. Ou será por precisarem de malta para enviar para fora por necessidade de terem de cumprir acordos e metas internacionais?

Não sei, isto é deveras estranho.

Aqueles que têm o poder de garantir o Estado de Direito são aqueles a quem o Estado mais maltrata. Sendo nós daqueles que são pagos pelo Estado (NÃO sendo funcionários públicos) somos os que pior recebem. Pois é.

Já me estou a alongar, mas não podia deixar de lhe dizer isto. Gostava que me ajudasse. Os camaradas Sargentos mais novos (e não só) estão desmotivados e desiludidos. Como é que se motivam estes homens e mulheres, quando nós próprios também sentimos o mesmo?

Como é que se consegue explicar que pessoas que nos comandam usam os meios da Instituição em seu próprio benefício e não lhes acontece nada?

Quando os mesmos chefes que nos deveriam defender e exigir, sim exigir, melhores meios e condições, mas acima de tudo melhores condições remuneratórias, não o fazem?

Não sei onde isto vai parar, mas não está fácil. Porque os que são donos disto tudo esquecem-se que nós juramos defender com o sacrifício da nossa vida o nosso País.

Assim como nós, eles servem o País, os portugueses e não como neste momento pensam e praticam.

Nós continuamos, da melhor maneira conforme juramos, sabemos e podemos, a servir os portugueses e Portugal.

Um bem haja.

“Leitor devidamente identificado”

Colapso (inevitável?) dos Sargentos Técnicos na Armada Portuguesa

Os Sargentos técnicos das Classes ET (Electrotécnicos) e MQ (Maquinistas) embarcam em quase tudo o que flutua. Há até quem diga que somos das peças mais importantes no puzzle que permite as Unidades Navais estarem operacionais e disponíveis para andar no mar. Só é pena que, a suposta importância que temos, não seja acompanhada pelo devido respeito que merecemos.

Sou Sargento ET.

Passo a enumerar as razões pelas quais, neste momento, no meu quadro, que deveria ter 377 elementos (QUADRO APROVADO EM 04/05/22, desp. CEMA 24/22), há menos, quase 40, camaradas (sobretudo 1SAR):

- Nos últimos 12 anos, **houve 3 em que não houve qualquer incorporação de Sargentos ET**. Nos anos restantes, o número de camaradas que entraram para o curso foi muito inferior ao necessário. E, nos últimos 3 anos, temos assistido a uma realidade que seria hilariante se não fosse tão preocupante:

- Terminaram em 2021 o curso 5 (cinco) camaradas ET;
- Entraram em 2021, 3 (três) camaradas para o curso de ET;
- Entrará em 2022, **UM camarada para o curso de ET!**

- Nos últimos 12 anos o **sistema remuneratório que nos é aplicado está estagnado**. Este problema atinge toda a gente que serve a Marinha, mas sobretudo aqueles que, devido à falta de pessoal, têm de trabalhar cada vez mais para ganhar o mesmo, ou menos, graças ao agravamento de impostos que aconteceu durante os anos da tróica, e que nunca chegaram a ser revertidos. A inflação tem acontecido como de costume, uns anos maior outros anos menor, **tudo aumenta menos o nosso ordenado;**

- **Cansaço, por vezes extremo**, causado pela inexistência na prática da Escala de Embarque, ferramenta que possibilitava os necessários períodos de descanso entre embarques. Neste momento **temos camaradas a passar de prancha para prancha**, com tudo o que isso acarreta para a saúde física, mental e estabilidade familiar;

- **Desânimo atroz**, causado pela ideia generalizada que **não existe uma Carreira** para a grande maioria do pessoal. **Sabemos de camaradas com mais de 22 anos de permanência no posto de 1SAR**, que nunca irão atingir o posto seguinte. Camaradas bons, com elevadas competências técnicas, que apenas ‘cometeram o erro’ de estar o sítio errado, à hora errada, em alturas da aplicação do RAMMFA, o regulamento mais ruinoso (que eu me lembro de existir) para a moral do pessoal.

Em suma, um **camarada ET em início de carreira**, que seja mais ou menos atento e informado, apercebe-se que terá de estar pelo menos 4 anos no posto de Segundo-Sargento, nunca menos de 16 anos no posto de Primeiro-Sargento (isto se tiver sorte de passar por boas Unidades, com chefes compatíveis consigo, com tudo o que isso acarreta de avaliações, louvores, etc), estará quase sempre embarcado. **Isto perfaz 20 anos seguidos de embarque, com poucos ou nenhuns períodos de descanso, e auferindo muito menos do que deveria**, principalmente tendo em conta o seu nível de disponibilidade e especialização técnica. Tenho ideia que, para um (a) camarada que inicie a carreira de Sargento ET, é capaz de ficar bastante desanimado, e só está a começar (um abraço, camarada!).

Soluções?

Eu conheço a solução, é bastante simples até: **passa por valorizar quem ainda está nas fileiras, aumentar ordenados e dinamizar carreiras**, para demonstrar aos camaradas mais jovens que a carreira de Sargento Técnico vale a pena ser vivida, que é reconhecida a vários níveis.

Os nossos **Chefes Militares e responsáveis políticos conhecem a situação**, ela é demasiado grave para passar despercebida. A questão é:

O que farão hoje, e amanhã, para a corrigir??

Porque algo terá de ser feito!!

O colapso está perto, demasiado perto.

Autor devidamente identificado ▲

O Sargento 116 errou

A última edição d’O Sargento trouxe dois lamentáveis erros:

- Na capa referiu-se, em título, “ANS em Audiências Com MDN e CEMA”, quando deveria ter-se noticiado “ANS em Audiências Com MDN e CEMFA”; e

- Iguamente na pág. 9, no subtítulo do artigo é referido “Audiência com o CEMA”, quando deveria ter sido grafado “Audiência com o CEMFA”.

Feito o esclarecimento, a Redacção d’O Sargento pede desculpa aos leitores e aos visados.



ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Apesar de termos estado em plena época estival, quando normalmente estamos mais vocacionados para o repouso e o convívio com os familiares, a verdade é que os militares em geral, e os dirigentes associativos em particular, tiveram de manter uma intensa actividade face às inúmeras situações com que foram sendo confrontados. Os problemas que afectam os militares que servem nas Forças Armadas, e particularmente os Sargentos, são da mais variada ordem, e estão a agravar-se com o passar do tempo.

Desde problemas de ordem puramente profissional, com atrasos nos processos de promoção com todos os prejuízos daí decorrentes (materiais, funcionais, motivacionais e sociais), com desrespeito pelos seus conteúdos funcionais, confrontados com um regulamento de avaliação injusto e fortemente contestado, enfrentando a escassez de recursos humanos que obriga a multiplicar a carga de trabalho, confrontados com injustiças e “aberrações criativas” em termos de escalas de serviço e enormes exigências sem retorno ou compensações, enfrentando um sistema de assistência na doença, para si e para os seus, com conhecidas insuficiências e até falta de capacidade de resposta, sujeitos a um regime remuneratório que há mais de doze anos não é revisto e actualizado, degradando a qualidade de vida familiar, os Sargentos procuraram na sua associação representativa de classe o apoio possível para enfrentar muitas destas situações.

Desta intensa actividade associativa, damos abaixo um breve resumo:

01JUL – Cerimónia Militar, em Beja, alusiva ao 70º aniversário da Força Aérea. ANS representada por L.Coelho e J.Galvão;



04JUL – Apresentação de um livro no Museu Militar, em Lisboa. ANS representada por J.Galvão;

06JUL – Reunião/Convívio na sede do Clube de Veteranos da Aeronáutica, em Chelas. ANS representada por L.Coelho e J.Pereira;

07JUL – Concerto Comemorativo do 95º aniversário do RA4, em Leiria. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

11JUL – Reunião do Secretariado da ANS, na sede social, em Lisboa;

12JUL – Reunião vídeo entre dirigentes das Associações Profissionais de Militares;

13JUL – Reunião do Secretariado da ANS, na sede social, em Lisboa;

14JUL – Reunião com militares da FAP, na sede social da ANS, representada por L.Coelho;

14JUL – Reunião no EMGFA no âmbito do RAMMFA. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço e L.Bugalhão;

15JUL – Reunião com Sargentos da FAP na sede social. ANS representada por L.Coelho;

18JUL – Reunião do Secretariado da ANS, na sede social, em Lisboa;

20JUL – Reunião com Sargentos na sede social. ANS representada por L.Coelho, L.Bugalhão e A.Martins;

25JUL – Cerimónias, em Runa, alusivas ao Dia do IASFA. ANS representada por L.Coelho e J.Gonçalves;

27JUL – Reunião do Secretariado da ANS, na sede social, em Lisboa;

28JUL – Presidente da República recebeu as Associações Profissionais de Militares. Delegação da ANS composta por L.Coelho e C.Colaço;



03AGO – 18ª Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial e vídeo;

04AGO – Reunião com Sargentos da FAP na sede social. ANS representada por L.Coelho;

08AGO – Reunião com Sargentos da Marinha na sede social. ANS representada por L.Coelho;

10AGO – Reunião vídeo com dirigentes da EUROMIL. ANS representada por L.Coelho;

31AGO – Reunião do Secretariado da ANS, na sede social, em Lisboa;

31AGO – Reunião vídeo com dirigentes da EUROMIL. ANS representada por L.Coelho;

07SET – Reunião com Sargentos do Exército na sede social. ANS representada por L.Coelho;

07SET – Reunião com Sargentos da Marinha na sede social. ANS representada por L.Coelho;

07SET – 19ª Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial e vídeo;

10SET – Cerimónia, no Feijó, alusiva ao Dia da Praça das Forças Armadas e 86º Aniversário da Revolta dos Marinheiros. ANS representada por R.Graça e J.Galvão;



12 e 13SET – Reunião da Direcção e Cerimónia dos 50 anos da Fundação da EUROMIL, em Bergisch-Gladbach, na Alemanha. ANS representada por L.Coelho;

15SET – Reunião com Sargentos da FAP na sede social. ANS representada por L.Coelho e J.Pereira;

16SET – Reunião com Sargentos da FAP na sede social. ANS representada por L.Coelho;

16SET – Reunião entre dirigentes das Associações Profissionais de Militares, na sede da AOFA, na Trafaria. ANS representada por L.Coelho;

20SET – Reunião com Sindicato Militar de Salónica, na Grécia. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;



21SET – Conferência promovida pelo IASFA, no HFAR, em Lisboa. ANS representada por J.Galvão;

21SET – Reunião de Direcção da EUROMIL, em Escópia, na Macedónia do Norte. ANS representada por L.Coelho;

21 e 22SET – Recepção aos Delegados e Conferência conjunta (EPSU, EuroCop e EUROMIL) em Escópia, na Macedónia do Norte. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

23SET – Reunião com o Sindicato dos Oficiais Militares da Região da Macedónia Central, em Salónica, na Grécia. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;



26SET – Secretário de Estado da Defesa Nacional reuniu com as Associações Profissionais de Militares. ANS representada por L.Coelho;

26SET – Reunião do Secretariado da ANS, na sede social, em Lisboa;

27SET – Reunião com Sargentos na sede social. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

28SET – Reunião entre dirigentes das Associações Profissionais de Militares, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

28SET – Audição na Comissão de Defesa, na Assembleia da República. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;



04OUT – 20ª Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial e vídeo;

07OUT – Reunião vídeo com dirigentes da EUROMIL. ANS representada por L.Coelho.

À hora do fecho desta edição do nosso jornal “O Sargento”, estão a ser trabalhadas as condições para retomar visitas e palestras em unidades, estabelecimentos ou órgãos militares, para esclarecimento e informação dos Sargentos acerca da sua associação representativa. Está prevista a participação em mesas-redondas, conferências, seminários e outras iniciativas em que importa colocar as questões que nos assistem. Estão igualmente em preparação iniciativas conjuntas, entre as três associações profissionais, no sentido de lutar por melhorar as condições socioprofissionais dos militares, iniciativas que poderão ter dimensão e geometria variável, mas para as quais é fundamental a participação dos militares. Estão também a decorrer trabalhos e contactos para começar a preparar o processo eleitoral que terá lugar no início de 2023. De todas estas actividades daremos conhecimento na próxima edição do jornal “O Sargento”. ▲



VIVA A REPÚBLICA! E OS 9 BRAVOS SARGENTOS DA ROTUNDA!



Há cento e doze anos atrás o povo português saiu à rua apoiando aqueles militares que se revoltaram por não aceitarem continuar a servir um regime corrupto, ineficaz, pouco ou nada sensível às desigualdades sociais e que subservientemente colocou Portugal de joelhos perante potências estrangeiras, que se diziam amigas, mas que de facto arrastaram Portugal e os portugueses para a miséria, para a indignação e para a perda de soberania e identidade nacional.

Há cento e doze anos, na madrugada de quatro para cinco de Outubro, foi implantado o regime em que actualmente vivemos: a República!

Como escreveu o próprio Machado dos Santos, um ano depois dos acontecimentos, no editorial da edição de 4 de Outubro de 1911, do jornal "O Intransigente", do qual era o director, e nós subscrevemos, é importante que continuemos a gravar para a história, a letras de ouro, o nome dos Nove Bravos Sargentos da Rotunda.

Pela importância e valor histórico, transcrevemos o texto do referido editorial, para

que a memória não se apague e para que a devida referência e merecida homenagem aos Nove Bravos Sargentos da Rotunda, seja transmitida às novas gerações, porque há episódios e personalidades da nossa História que, infelizmente, não constam nos manuais escolares!

"Batia nas torres da Estrela a uma da madrugada do dia 4 de Outubro, quando o Regimento de Infantaria 16 saiu do quartel, aos gritos de Viva a República, a caminho de Campolide para desafiar os seus camaradas de Artilharia 1. Dez minutos depois o portão de Artilharia 1 era arrombado e dos lados do rio ribombavam os canhões.

Para os lados de Alcântara, um estampido seco, como o de um tiro de pistola, cortara os ares. Era a Marinha que secundava os seus camaradas de Infantaria 16 e Artilharia 1.

Poucas horas depois os marinheiros em Alcântara, os artilheiros e os soldados do 16 em Campo de Ourique, com vários grupos de civis, travam a primeira peleja com as forças fiéis à monarquia.

Os marinheiros em Alcântara cercados por

todos os lados por forças inimigas tentam levar de assalto o Palácio Real. Não o conseguem. Retiram-se e vão para os navios "D. Carlos", "Adamastor" e "S. Rafael" que disparavam contra o Palácio das Necessidades.

Nessa mesma altura a Artilharia 1 e a Infantaria 16 encontravam-se cercados na Praça Marquês de Pombal e no alto do Parque Eduardo VII, apoiados no quartel de Campolide, formando o campo de batalha que a história eternizou de Rotunda

Às duas horas da tarde, o duelo de artilharia e as cargas de infantaria eram intensas, os boatos desoladores. A tristeza e a amargura envolviam a população da capital, a derrota dos republicanos parecia inevitável.

Ao cair da noite a esperança renasce, dizia-se vagamente que a realeza bombardeada pelos navios fundeados no Tejo, fugiria para parte incerta.

A brigada mista (força leal à monarquia) sob o comando da Divisão de Lisboa era derrotada na sua tentativa de fechar o cerco à Rotunda pelos lados de Campolide e Sete Rios.

Mas foi de pouca dura o clarão de esperança. A noite caía, os riscos de fogo das granadas cruzavam-se no horizonte negro de S. Pedro de Alcântara. O combate não cessava.

Raiou a aurora, mas não a esperança no acampamento republicano na Rotunda. No rio os marinheiros não estavam, porém inactivos. Às oito da manhã do dia 5, avançava Avenida acima um mensageiro

estrangeiro: ia propor um armistício.

Na manhã do dia 5 os Oficiais reúnem em conselho e decidem abandonar a luta. Em consequência desta decisão os Sargentos do acampamento da Rotunda decidem, também, reunir o seu conselho e deliberam continuar a lutar e desafiam Machado dos Santos a tomar o comando. "Nós morremos aqui!" a corajosa e heróica decisão que mudou em definitivo o rumo aos acontecimentos, possibilitando a vitória republicana.

Para a história gravemos a letras de ouro o nome dos 9 Bravos Sargentos da Rotunda:

Firmino Rego; Ernesto José dos Santos; José Soares da Encarnação; Francisco Alexandre Lobo Pimentel; Laurino Vieira; Ernesto Joaquim Feio; Francisco Garcia Tereno; Manuel da Conceição Silva e Mathias dos Santos."

Cento e doze anos depois da implantação do regime republicano, os portugueses em geral, e os Militares em particular, continuam a ser chamados a defender a República, os seus princípios e valores.

No centésimo décimo segundo aniversário da implantação da República, os Sargentos de Portugal, hoje, também não voltam as costas aos seus compromissos nem se esquecem das suas obrigações assumidas perante o Povo Português!

Os Sargentos de Portugal, fiéis aos seus juramentos, pugnarão por um Portugal soberano e socialmente justo, como o acreditaram ser possível, os **Nove Bravos Sargentos da Rotunda!** ▲



Protocolos ANS - Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os pró-

prios sócios propuserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos

informação dos camaradas se for o caso, para tomarmos uma decisão adequada.

Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em www.ans.pt ou no Facebook em www.facebook.com/ANSargentos

NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- GLASSDRIVE
- INSTITUTO QUINTINO AIRES
- EMARA TRAVEL
- CLÍNICAS LEVITATE
- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL
- FITOCLINIC
- FITNESS HUT

ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES
- ÓPTICA DA MALVEIRA
- VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS

- GENÉRICO AUTO - COMÉRCIO DE PEÇAS, LDA
- FERNANDÓPTICA, LDA

ZONA SUL:

- FARMÁCIAS PROGRESSO (www.farmaciasprogresso.pt)
- FARMÁCIA IMPERIAL - LISBOA
- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA
- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE
- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE
- HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO
- CLÍNICA VIDAMED
- FARMÁCIA EUSIL
- ÓPTICA BERNA

- CLÍNICA O MEU MÉDICO
- CLÍNICA PELVICLINIC
- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE
- MÉDICO SOBRE RODAS
- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA
- MONTICORPO
- DRAGONFLY
- FAZUM "LIKE" NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos
- CONSULTA TAMBÉM WWW.ANS.PT
- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.

- ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA CONTACTO@ANS.PT